MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA ï INCRA
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO ï SR-28/DFE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Brasília/DF/2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 119/2012**, da **Portaria TCU nº 150/2012** e das orientações do órgão de controle interno.

Brasília/DF/2013

Ministro de Estado
Gilberto José Spier Vargas

Secretário-Executivo
Laudemir André Müller

Presidente
Carlos Mário Guedes de Guedes

Chefe de Gabinete
Raimunda Helena Nahum Gomes

Procurador-Chefe
Sérgio de Britto Cunha Filho

Diretor de Gestão Administrativa
Juliano Flávio dos Reis Rezende

Diretor de Gestão Estratégica
Simone Gueresi de Mello

Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária
Richard Martins Torsiano

Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
César Fernando Schiavon Aldrighi

Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento
Marcelo Afonso Silva

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS 11

INTRODUÇÃO 14

PARTE Aï CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO 15

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada 15

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada 15

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada 16

1.3 Organograma Funcional 23

Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067 23

1.4 Macroprocessos Finalísticos 24

1.5 Macroprocessos de Apoio 25

1.6 Principais Parceiros 26

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações 27

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada 27

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos 28

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações 29

2.4 Indicadores 30

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão 31

3.1 Estrutura de Governança 31

3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos 33

3.3 Remuneração Paga a Administradores 35

3.4 Sistema de Correição 35

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU 36

4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira 38

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ 38

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ 38

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ 39

4.1.2.1 Objetivos Vinculados ao Programa 2066 39

4.1.2.2 Objetivo Vinculado ao Programa 2012 44

4.1.2.3 Objetivo Vinculado ao Programa 2034 45

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ 46

4.1.3.1 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418 46

4.1.3.2 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419 47

4.1.3.3 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420 49

4.1.3.4 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421 51

4.1.3.5 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422 53

4.1.3.6 Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412 54

4.1.3.7 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987 55

4.1.4Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ 56

4.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária 56

Fonte: SIAFI, 28/01/2013. 84

4.1.4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 ï Agricultura Familiar 90

4.1.4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial 93

4.1.5Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ 95

4.1.6Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ 96

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa 99

4.2.1Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ 99

4.2.2Programação de Despesas 99

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes 99

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital 100

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência 101

4.2.2.4 Análise Crítica 101

4.2.3Programação de Despesas 102

4.2.4Execução Orçamentária da Despesa 104

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários 104

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação ï Créditos Originários 104

4.2.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa ï Créditos Originários 105

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação 107

4.2.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação ï Créditos de Movimentação 107

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa ï Créditos de Movimentação 108

4.2.4.2.3 Análise Crítica 111

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira 112

5.1 Reconhecimento de Passivos 112

5.1.1Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos 112

5.1.2Análise Crítica 112

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 113

5.2.1Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 113

5.2.2Análise Crítica 113

5.3 Transferências de Recursos 114

5.3.1Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício 114
5.3.2Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios 114
5.3.3Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios 115
5.3.4Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios 116
5.3.5Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios 117
5.3.6Análise Crítica 118
5.4 Suprimento de Fundos 119
5.4.1Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos 119
5.4.1.1 Suprimento de Fundos ï Visão Geral 119
5.4.1.2 Suprimento de Fundos ï Conta Tipo B 119
5.4.1.3 Suprimento de Fundos ï Cartão de Crédito Corporativo 120
5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo ñBò e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ 122
5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos 124
5.4.1.6 Análise Crítica 126
5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ 126
5.6 Gestão de Precatórios 126
6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados 127
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos 127
6.1.1Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada 127
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada 128
6.1.2Qualificação da Força de Trabalho 129
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade 130
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade . 131
6.1.3Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada 132
6.1.4Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas 135
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria 135
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada 136
6.1.5Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos 136
6.1.6Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos 137
6.1.7Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação 137
6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC 137
6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico 139

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos 139
6.1.8Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos 140
6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....141
6.2.1Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão 141
6.2.2Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público 141
6.2.3Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados 142
6.2.4Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....143
6.2.5Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão 144
6.2.6Composição do Quadro de Estagiários 147
7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....148
7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros 148
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....149
7.2.1Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial 149
7.2.2Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros 150
7.2.3Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ 152
8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento 153
8.1 Gestão da Tecnologia da Informação - TI 153
8.2 Análise Crítica 155
9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....156
9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 156
9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água 158
10. Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas.....159
10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício 159
10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício 159
10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício 160
10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício 161
10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício 162
10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....162
10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....163
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....163
10.3.1.1 Análise Crítica.....163
10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....164
10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV 164
11. Informações Contábeis 165

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público 165

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos 165

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis 165

11.2.1 Declaração Plena 165

11.2.2 Declaração com Ressalva 165

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 166

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976 166

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais 167

11.6 Parecer da Auditoria Independente 167

12. Outras Informações Sobre a Gestão 168

PARTE Bï CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS 169

13. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis .. 169

14. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação. 180

ANEXOS 182

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ ï Relatório de Gestão Individual 15
Quadro A.3.1 ï Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ 33
Quadro A.4.1 ï Programa de Governo constante do PPA ï Temático ï Programa 2066 38
Quadro A.4.2.1.a ï Objetivos de programa temático ï Objetivo 0418 39
Quadro A.4.2.1.b ï Objetivos de programa temático ï Objetivo 0419 40
Quadro A.4.2.1.c ï Objetivos de programa temático ï Objetivo 0420 41
Quadro A.4.2.1.d ï Objetivos de programa temático ï Objetivo 0421 42
Quadro A.4.2.1.e ï Objetivos de programa temático ï Objetivo 0422 43
Quadro A.4.2.2 ï Objetivos de programa temático ï Objetivo 0412 44
Quadro A.4.2.3 ï Objetivos de programa temático ï Objetivo 0987 45
Quadro A.4.3.1 ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01DV 46
Quadro A.4.3.2.a ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01E6 47
Quadro A.4.3.2.b ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01E7 48
Quadro A.4.3.3.a ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01EK 49
Quadro A.4.3.3.b ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01EL 49
Quadro A.4.3.3.c ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01EO 50
Quadro A.4.3.3.d ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01EP 51
Quadro A.4.3. 4.a ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01ES 51
Quadro A.4.3. 4.b ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01EU 52
Quadro A.4.3. 4.c ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01EW 53
Quadro A.4.3. 5 ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01F1 53
Quadro A.4.3. 6 ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01CB 54
Quadro A.4.3. 7 ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 047A 55
Quadro A.4.4. 1.1 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 2105 56

Quadro A.4.4. 1.2 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 2110.....57
Quadro A.4.4. 1.3 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 2114.....58
Quadro A.4.4. 1.4 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 4426.....59
Quadro A.4.4.5 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 8378 60
Quadro A.4.4.1.6 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 8387 61
Quadro A.4.4. 1.7 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 4460.....65
Quadro A.4.4. 1.8 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 20TG.....67
Quadro A.4.4. 1.9 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 8384.....68
Quadro A.4.4. 1.10 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 0427.....70
Quadro A.4.4. 1.11 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 20S7 71
Quadro A.4.4. 1.12 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 8396.....72
Quadro A.4.4. 1.13 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 8398.....78
Quadro A.4.4. 1.14 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 2B06.....79
Quadro A.4.4. 1.15 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 4320.....80
Quadro A.4.4. 1.16 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 4358.....81
Quadro A.4.4. 1.18 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 8374.....82
Quadro A.4.4. 1.19 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 4474.....86
Quadro A.4.4. 1.20 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 6952.....87
Quadro A.4.4. 1.21 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 8370.....88
Quadro A.4.4.2.1 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 4470.....90
Quadro A.4.4.2.2 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 4448 92
Quadro A.4.4.3.1 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 0859 93
Quadro A.4.4.3.2 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 20T1.....94
Quadro A.4.5 ï Programa de Governo constante do PPA ï Programa 2120 95
Quadro A.4.6.1 ï Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ ï Ação 2000 96
Quadro A.4.6.2 ï Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ ï Ação 4572 97
Quadro A.4.6.3 ï Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ ï Ação 2103 98
Quadro A.4.7 ï Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....99
Quadro A.4.8 ï Programação de Despesas Correntes 99
Quadro A.4.9 ï Programação de Despesas de Capital.....100
Quadro A.4.10 ï Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência 101
Quadro A.4.11 ï Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa 102
Quadro A.4.12 ï Despesas por Modalidade de Contratação ï Créditos Originários 104
Quadro A.4.13 ï Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ï créditos originários 105
Quadro A.4.14 ï Despesas por Modalidade de Contratação ï Créditos de movimentação 107
Quadro A.4.15 ï Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ï Créditos de Movimentação.....108
Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....112
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....113
Quadro A.5.4 ï Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios 114
Quadro A.5.5 ï Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes 115
Quadro A.5.6 ï Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. 116
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse 117
Quadro A.5.8 ï Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF) 119
Quadro A.5.9 ï Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo ñBò).....119

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador 120
Quadro A.5.11 ï Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo ñBò e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) 122
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo ñBò e CPGF) ... 124
Quadro A.6.1 ï Força de Trabalho da UJ ï Situação apurada em 31/12 127
Quadro A.6.2 ï Situações que reduzem a força de trabalho da UJ ï Situação em 31/12 128
Quadro A.6.3 ï Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) 129
Quadro A.6.4 ï Quantidade de servidores da UJ por faixa etária ï Situação apurada em 31/12 130
Quadro A.6.5 ï Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 131
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores ... 132
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro 135
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 136
Quadro A.6.9 ï Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) 137
Quadro A.6.10 ï Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) 138
Quadro A.6.11 ï Regularidade do cadastro dos atos no Sisac 138
Quadro A.6.12 ï Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007) 139
Quadro A.6.13 ï Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro 139
Quadro A.6.14 ï Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada 141
Quadro A.6.15 ï Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados 141
Quadro A.6.16 ï Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados 142
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva 143
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra 144
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários 147
Quadro A.7.1 ï Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União 149
Quadro A.7.2 ï Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros 150
Quadro A.7.3 ï Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ 152
Quadro A.8.1 ï Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada 153
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 156
Quadro A.9.2 ï Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água 158
Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 159
Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 160
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 161
Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 162
Quadro A.10.5 ï Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR 163
Quadro A.10.6 ï Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV 164
Quadro A.5.3 ï Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência 182

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR ï Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB ï Associação Crédito do Brasil
CDR ï Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ ï Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC ï Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF ï Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ ï Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC ï Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT ï Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio ï Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB ï Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS ï Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS ï Ministério do Desenvolvimento Social
MMA ï Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF ï Ministério Público Federal
MTE ï Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI ï Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB ï Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI ï Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC ï Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB ï Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC ï Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT ï Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet ï Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT ï Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão - RG, não obstante ser um importante instrumento que mostra todas as ações empreendidas por esta Superintendência Regional do INCRA, no Distrito Federal e Entorno, de nº 28 ï SR/28/DFE, diante de sua competência regional *sui generis*, pois compreende como jurisdição de atuação o Distrito Federal, parte do Estado de Minas Gerais (Noroeste Mineiro) e parte do Estado de Goiás (Sudoeste Goiano), também tem a prerrogativa de balizar, com os conseqüentes ajustes, se for o caso, as ações a serem empreendidas no ano seguinte, sem contar que é um poderosa ferramenta de controle social, pois ao ser disponibilizado na *internet* possibilita acesso amplo e irrestrito à população.

Importantes mudanças foram introduzidas pelo Tribunal de Contas da União - TCU, para a confecção do Relatório de Gestão do exercício de 2012, através da IN TCU nº 63/2010, que estabelece normas gerais de organização e apresentação dos RGs e a prestação de contas dos Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, integrantes da Administração Pública Federal, além da DN TCU nº 119/2012 (que introduziu as mudanças), da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno.

Não obstante estas particularidades, poderá se observar que o prsente RG traçou um quadro atual da situação operacional desta Unidade Jurídica ï UJ, que é preocupante, se esta situação perdurar por mais tempo, pois como devidamente abordado esta SR/28/DFE está operando acima de sua capacidade de fato, o que vem comprometendo a qualidade dos serviços que são entregues não só aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, como também ao(a) propenso(a) candidato(a), que se encontra acampado, sem contar com aqueles(as) que necessitam dos serviços referentes ao cadastro nacional de imóveis rurais, que está sob a nossa guarda.

Também, não podemos perder de vista que nos últimos anos a política de reforma agrária avançou muito neste País, pois se teve a coragem de enfrentar, com o rigorismo da lei, a grande propriedade improdutiva, nociva ao desenvolvimento do Brasil, e que só concentra o capital especulativo tão prejudicial ao interesse social e nacional.

Neste ritmo forte de desapropriações, foram criados vários Projetos de Assentamentos sob à responsabilidade desta UJ, com o conseqüente assentamento das famílias de pequenos agricultores, situação que nos faz refletir que o único instrumento hábil para nortear nossas ações, no sentido de maximizar nossa atividade fim, passa necessariamente pela elaboração do Relatório de Gestão para que sirva, além de munir os Órgãos de Controle Externos com os dados necessários para a realização deste controle, também, para se corrigir os rumos a serem trilhados por esta UJ, no ano de 2013 e seguintes, o que por si só mostra a importância de se planejar as ações para atender esta demanda social, cada vez melhor.

Assim, o presente Relatório garante a prestação de contas, nos termos legais, e de forma transparente, do trabalho realizado por esta Superintendência Regional dentro de suas competências, consolidando, anualmente, o cumprimento de seu papel no âmbito da Administração Pública indireta, na qualidade de Autarquia, juntamente com a demonstração de sua importância para a sociedade.

PARTE Aï CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1.Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ ï Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		**Código SIORG**: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Denominação abreviada: INCRA SR28-DFE		
Código SIORG: 29008	**Código LOA:** 49201	**Código SIAFI:** 133088
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração pública em geral		**Código CNAE:** 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3462-3945 (061) 3462-3990	
Endereço eletrônico: publico@INCRA.gov.br		
http://www.INCRA.gov.br		
Endereço Postal: SGON , QUADRA 05, LOTE 01, VIA 60 A - CEP: 70.610-650 - Brasília-DF		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 ï Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 ï Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 ï Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
- Portaria nº 20, de 08/04/2009 ï Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 ï Estrutura Regimental do INCRA		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
- Manual Operacional de ATES 2008 ï Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008 - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária ï junho/2006 - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006 - Manual de Operações do PRONERA ï Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais ï 2ª Edição/Revisada ï agosto/2010 - Manual de Orientação ï Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais ï abril/2002 - Manual de Cadastro Rural - Manual de Fiscalização Cadastral		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	**Nome**	
373001	Departamento de Administração Financeira ï DAF - INCRA	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	**Nome**	
133088	Superintendência Regional do INCRA no DF e Entorno ï SR(28)DFE	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	**Código SIAFI da Gestão**	
133088	37201	

1.2Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

Segundo consta no sítio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ï INCRA, a missão prioritária desta Autarquia Agrária Federal é fomentar o Programa Nacional de Reforma Agrária ï PNRA, além de manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União[1], promovendo o desenvolvimento sustentável dos Projetos de Assentamentos, onde deve se observar a produção agrícola de modo sustentável, conforme preceitua nossa Constituição Federal[2]

Nossa Superintendência Regional nº 28 (SR/28/DFE) compreende, em termos de jurisdição, além do Distrito Federal, o Noroeste Mineiro e o Norte do Estado de Goiás.

Em que pese as Superintendências Regionais serem órgãos descentralizados, responsáveis pela coordenação e execução das ações do INCRA nos estados, somos a única Superintendência, dentre as outras, que tem jurisdição em parte de 2 (dois) Estados (MG e GO), mais o Distrito Federal.

Cabe a SR/28/DFE coordenar e executar atividades relacionadas a planejamento, programação, orçamento, informática e modernização administrativa, além de salvaguardar os dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

Neste diapasão são exatos 189 (cento e oitenta e nove) Projetos de Assentamentos que estão sob a responsabilidade desta Superintendência, com aproximadas 13.500 (treze mil e quinhentas) famílias assentadas.

✓**Superintendências Regionais - SR(28)/DFE ï** Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (28)G possuem as seguintes atribuições:

a)Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e

---

[1] ñhttp://www.incra.gov.br/index.php/institucionall/historico-do-incra
Histórico do Incra: O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.
Nos últimos anos, o Incra incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de oito mil assentamentos existentes no Paísò.

[2] ñArt. 186 da Constituição Federal: A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
I - aproveitamento racional e adequado;
II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b)Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c)Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d)Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denuncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I) Procuradoria Regional - SR (28) PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente

Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II)À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR (28)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a)De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b)De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c)De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d)De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação -

RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III)Divisão de Obtenção de Terras - SR (28)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a)De Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b)De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV)À Divisão de Desenvolvimento - SR (28)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a)De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres

técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b)De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c)De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental ï ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V)À Divisão de Administração - SR (28) A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a)De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b)De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c)De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d)De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VI)À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - (SRFA(00)) - compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

a)Ao Serviço Técnico (SRFA (28)T) - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e

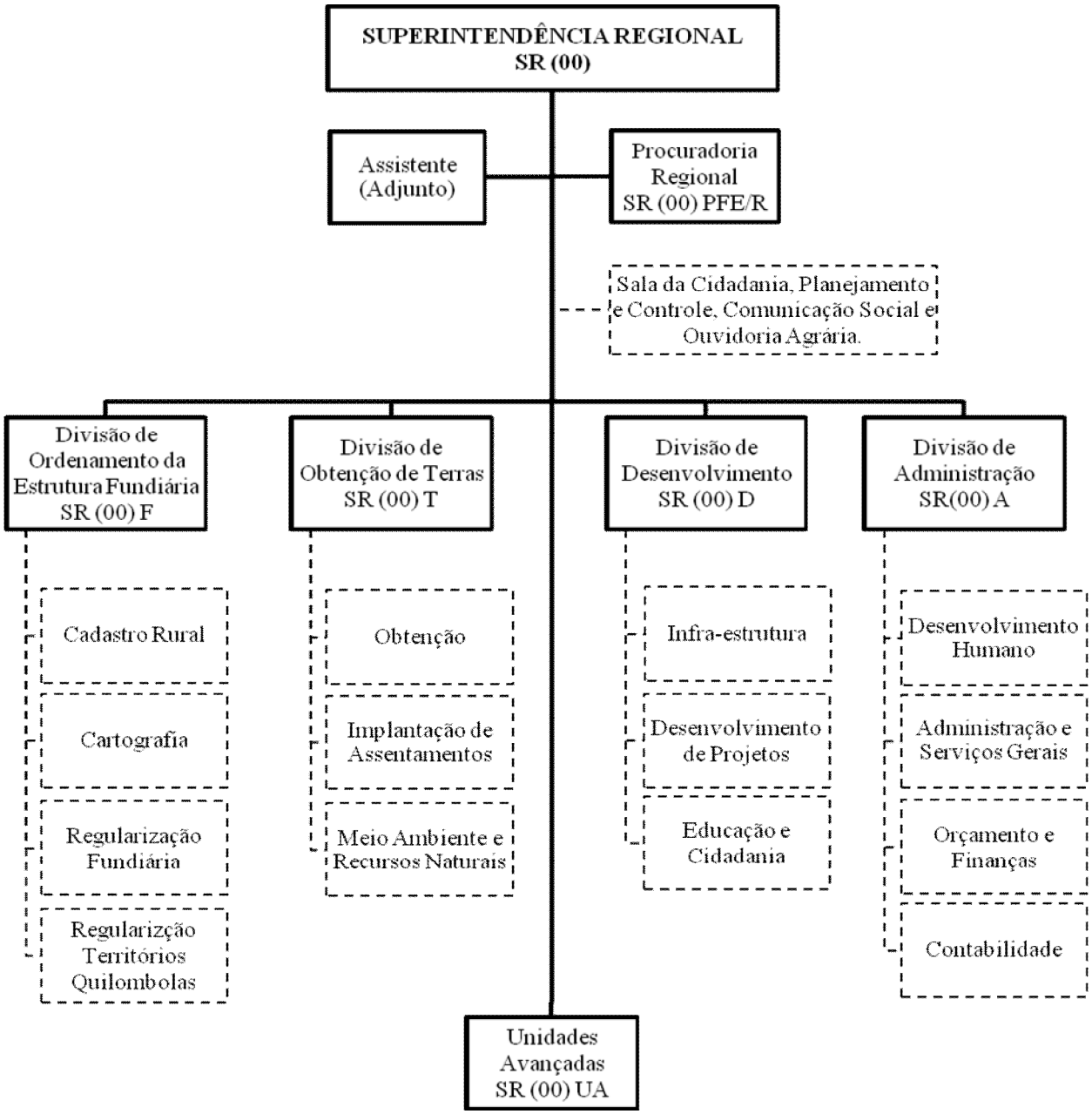
de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b)Ao Serviço Administrativo (SRFA(28)A) - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

VII)Às Unidades Avançadas - SR(28)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições. Obs: Não temos Unidade Avançada na competência territorial da SR/28/DFE.

1.3Organograma Funcional

Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067



1.4 Macroprocessos Finalísticos

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ï INCRA, tem a prerrogativa institucional de fomentar o Programa Nacional de Reforma Agrária ï PNRA, além de manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União, promovendo o desenvolvimento sustentável dos Projetos de Assentamentos, onde deve se observar a produção agrícola de modo sustentável, conforme preceitua nossa Carta Magna.

Estas ações são cristalizadas na atuação dos servidores que estão lotados na Superintendência Regional nº 28 (SR/28/DFE) que compreende, em termos de jurisdição, além do Distrito Federal, o Noroeste Mineiro e o Norte do Estado de Goiás.

Com relação aos Macroprocessos Finalísticos, item que foi introduzido pela DN TCU nº 119/2012, estes devem indicar os principais serviços que esta autarquia agrária oferece aos cidadãos-usuários, ou clientes do Programa Nacional de Reforma Agrária ï PNRA, além daqueles que recorrem ao INCRA para efeitos de Cadastro Nacional de Imóveis Rurais.

Compete a esta SR/28/DFE desapropriar o latifúndio improdutivo, ou mesmo adquirir, mediante lei especifica, imóveis rurais para que sejam implementados Projetos de Assentamento e, assim, ser disponibilizados lotes rurais aquele(a) que queira ingressar no PNRA, e que possua o perfil exigido por força de norma.

A título de informação, no ano de 2012 foram assentadas 824 (oitocentos e vinte e quatro) famílias e criados 6 (seis) novos Projetos de Assentamento, juntamente com a expedição de licenciamento ambiental, em grande parte destes, ressaltando que Projetos de Assentamento localizado no Noroeste Mineiro estão mais avançados com relação a entrega dos licenciamento por parte dos Órgãos Ambientais.

Simultaneamente a criação destes Projetos, são aplicados créditos, que são disponibilizados aos beneficiários, tais como: crédito apoio inicial, apoio para a construção de moradias e, posteriormente, estes assentados terão acesso ao crédito PRONAF, exclusivamente mediante a concessão de licenciamento ambiental. Também, são aplicados recursos em infra-estrutura como a edificação de poços, estradas e pontes, junto aos Projetos em questão, para que os mesmo fiquem viáveis para a produção agropecuária.

Quanto as famílias que esperam o acesso ao PNRA em acampamentos, o INCRA, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, e por intermédio da Ouvidoria Agrária Nacional (MDA), ficou responsável pela logística, no ano de 2012, pela entrega de cestas básicas que são entregues pela Companhia Nacional de Abastecimento ï CONAB, a estas famílias que pequenos agricultores.

Não obstante estas ações, esta SR/28/DFE é responsável em certificar os imóveis rurais, dentro de sua competência territorial, mediante a apresentação de planta georreferenciada deste imóvel, ação que é normatizada pela Lei 10.267/01, processo este que é feito exclusivamente pelo Incra. Ressalta-se que este documento é exigido para toda alteração de área ou de seus titulares em Cartório, de acordo com os prazos estabelecidos no Dec. 5.570/05.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Por sermos uma Superintendência Regional, todo o recurso necessário para a consecução das atividades inerentes a atuação desta SR/28/DFE, conforme amplamente debatido nos itens acima citados, todo o recurso que é aportado nesta Superintendência vem de descentralizações do INCRA sede, mediante repasse, e conforme as metas do planejamento pactuado *interna corporis*, e posteriormente amplamente divulgado em respeito ao principio constitucional afeto aos atos da administração publica, dentre outros, o da publicidade.

Assim, consideramos que os macroprocessos de apoio essenciais ao funcionamento desta UJ, inovação trazida pela DN TCU nº 119/2012, além do repasse do recurso necessário para manter o funcionamento desta unidade, faz-se necessário à atuação e comprometimento dos servidores lotados nesta SR/28/DFE, para fins de atingimento da meta previamente estabelecida e planejada.

Também, a união com outros entes políticos tem trazido bons frutos, onde por meio de convênios temos feito parcerias com Prefeituras para levar o desenvolvimento para dentro de nossos Projetos de Assentamento, pois nossa estrutura operacional está aquém da demanda criada.

Não obstante, cumpre nos ressaltar que os objetivos estratégicos desta SR/28/DFE, juntamente com as diretrizes a serem perseguidas, tem com escopo a de contribuir, de forma sistemática, para o desenvolvimento do Brasil, em especial do território sob nossa competência, sendo fomentador, através da assistência técnica da produção agropecuária ambientalmente sustentável, de uma política que visa levar cidadania as famílias de pequenos agricultores sem terra que ingressam no PNRA.

Quanto à gestão administrativa, no ano de 2012 buscamos aprimorar a relação com nosso publico alvo primando pela excelência na gestão, incorporando e consolidando, ao nosso planejamento, melhores praticas organizacionais

1.6Principais Parceiros

Na consecução dos objetivos desta UJ podemos destacar a participação, como parceiros internos, os servidores lotados nesta SR/28/DFE, juntamente com os colaboradores terceirizados que contribuem para o desempenho da nossa atividade meio, por força de legislação.

No Brasil prevalece o entendimento, por grande parte da doutrina administrativista, de que a pessoa jurídica manifesta sua vontade por meio dos órgãos, que são partes integrantes da própria estrutura da pessoa jurídica, de tal modo que, quando os agentes que atuam nestes órgãos manifestam sua vontade, considera-se que esta foi manifestada pelo próprio Estado.

Embora nossa força de trabalho não seja a ideal, em termos de numero, juntamente com os recursos que são limitados, diante da demanda que foi criada nos últimos anos, o produto final entregue por este Órgão tem feito a diferença aos administrados que ingressaram no PNRA, ou mesmo aquele(a) que necessita dos serviços burocráticos principalmente com referência aos diretamente ligados ao Cadastro Nacional de Imóveis Rurais.

Alem disso, outros parceiros imprescindíveis que contamos com a ajuda no ano de 2012, para que pudéssemos materializar a criação de Projetos de Assentamentos, sob nossa responsabilidade, e assim poder levar dignidade aquelas famílias que ingressaram no PNRA, e que participaram ativamente nesta tarefa, seja através da disponibilização de recurso, ou mesmo na atuação direta, foram: o INCRA sede, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, a Ouvidoria Agrária Nacional, as Empresas de Assistência Técnica, as Prefeituras Municipais, Órgãos de Proteção Ambiental Federal e Estaduais.

Assim, todas estas instituições, seja pessoa jurídica de direito publico ou privado, além do empenho dos servidores desta SR/28/DFE, seja ocupante de cargo publico ou terceirizado, foram importantíssimos para a consecução do mister desta autarquia agrária nos macroprocessos finalísticos desta UJ.

2.Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O Plano Estratégico, até o ano passado, era feito de forma anual, onde a partir do ano de 2013 o Planejamento esta sendo pensado de forma bianual, ou seja, irá contemplar os anos de 2013/2014, onde a meta individual de cada Superintendência será computada para se chegar a meta do INCRA de forma una.

Assim as metas de planejamento desta UJ foram pensadas, no ano de 2012, objetivando coadunar a quantidade de servidor lotado nesta SR/28/DFE, juntamente com os recursos que foram disponibilizados pelo INCRA sede a esta UJ.

Neste diapasão importante salientar que nossa Carta Magna outorgou à União, por meio do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária ï INCRA a missão de desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (art. 184, CF).

Nesse pórtico, a razão de existência do INCRA, traduzida nas suas diretrizes estratégicas, incorpora duas importantes vertentes. A responsabilidade de executar a Política de Reforma Agrária, que compreende um conjunto de medidas voltadas para a promoção da melhor distribuição da terra e, simultaneamente, gerenciar a estrutura fundiária nacional, a partir do conhecimento da concentração, regime de domínio, posse e uso da terra e da fiscalização da função social da propriedade.

A seu turno, as responsabilidades institucionais da UJ são definidas mediante a declaração de dois componentes, quais sejam: Competência Institucional e Objetivos Estratégicos. A Competência Institucional corresponde às atribuições da UJ, definidas em lei, estatuto ou regimento, a serem executadas por intermédio de políticas públicas para atender às necessidades dos seus beneficiários diretos e indiretos. Os objetivos estratégicos, por sua vez, correspondem aos objetivos que a UJ busca atingir, durante o exercício, ao gerenciar e executar programas e ações e cumprir suas atribuições.

Em linhas gerais, e em respeito ao que foi pactuado para que estas informações sejam as mais pragmáticas possíveis, pois serão devidamente detalhadas nos tópicos específicos, no Planejamento Estratégico desta SR/28/DFE foram contempladas as seguintes ações que foram desenvolvidas por esta Superintendência: Assentamento de Trabalhadores Rurais, Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário, Paz no Campo, Brasil Quilombola, Educação no Campo, Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura, Apoio Administrativo, Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres.

2.2Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Neste item importante consignar que as metas que foram traçadas para o ano de 2012 foram contempladas em parte.

O ano de 2012 foi um ano atípico para esta UJ, pelo fato de experimentarmos uma mudança de sede, algo que durou alguns meses, houve o afastamento do Superintendente Regional por pratica de suposto ato ilícito, durante um mês, onde após este tempo retornou ao seu cargo pelo fato de que a investigação administrativa o inocentou das acusações impostas pela mídia.

Se não bastasse estes infortúnios, o INCRA teve seus trabalhos paralisados em virtude de greve que durou aproximados 90 (noventa dias).

Estes riscos não foram calculados até porque prevíamos que a mudança para a nova sede fosse acontecer quando toda a instalação necessária para a mudança estive acabada, fato que não aconteceu, pois necessitamos mudar de sede, pois o contrato de aluguel da sede provisória havia encerrado, e diante da impossibilidade de uma nova renovação acabamos por mudar sem termos as condições idéias, situação que foi normalizada no final do ano de 2012.

A greve e o afastamento do atual Superintendente Regional foram situações até então imprevistas.

Em que pese mais uma vez a informação que estamos com o numero de servidores aquém do necessário, todos estão engajados para que as metas antes pactuadas sejam cumpridas, ressalvando, aqui, situações em que exista um contingenciamento de recursos, como aconteceu no ano de 2012, tendo em vista que boa parte nossa atuação esta ligada eminentemente ao campo, junto aos Projetos de Assentamento, fato que demanda recurso de custeio da máquina e foi justamente neste campo que houve os maiores cortes orçamentários.

Outra situação que impediu que os Projetos de Assentamento tivessem um aporte maior de créditos governamentais, principalmente os créditos voltados a agricultura familiar, diz respeito ao licenciamento ambiental.

Por força de um entendimento deste Tribunal de Contas da União, esta UJ esta impedida de expedir o documento que reconhece o tomador do empréstimo como agricultor familiar, para fins de PRONAF (DAP), neste caso específico o beneficiário do Programa Nacional de Reforma Agrária, em Projetos de Assentamentos que não possuam licenciamento ambiental.

Este fato acabou emperrando, pelo menos por hora, o desenvolvimento das famílias assentadas e o próprio Projeto, pois o crédito na modalidade PRONAF tem sido uma importante ferramenta para agregar valor naquilo que é produzido nestes Projetos.

Mas como antes abordado, conseguimos licenciar boa parte dos Projetos novos, principalmente aqueles localizados no Noroeste Mineiro, situação que vem facilitando a vida das famílias dos assentados pela reforma agrária.

2.3Execução do Plano de Metas ou de Ações

A execução de planos de metas e ações, embora ocorreram situações que acabaram por comprometer o cumprimento da sua totalidade, acabou por ser satisfatório naquilo que foi efetivamente cumprido.

Como nossa atividade principal se limita a criação de Projetos de Assentamentos oriundos da desapropriação de imóveis rurais improdutivos, ou mesmo a aquisição de imóveis rurais produtivos, faz-se necessário evidenciar que foram criados 6 (seis) novos Projetos de Assentamento, com a regularização de 824 (oitocentos e vinte e quatro) família junto ao SIPRA.

Outra política publica que foi aplicada em nossos Projetos, diz respeito a preservação ambiental, como é o caso do bolsa verde, importante política que remunera os assentados para que os mesmos preservem a vegetação local, como áreas de reserva legal e áreas de proteção permanente, além de serem replicadores, dentro de suas comunidades, da orientação estatal que é perfeitamente possível produzir sem agredir o meio ambiente.

Também, e diante da parceria firmada com o MDA, foram realizados vários mutirões nos Municípios pertencentes a jurisdição desta UJ, objetivando fornecer documentos de identificação para aqueles que não possuam, sob o título: ñMutirão de documentação da mulher trabalhadora ruralò.

Alem disso, neste encontros estiveram presentes representantes do INSS, Ministério do Trabalho, Policia Civil de identificação, que acabam por instruir as pessoas sobre quais são os seus direitos, fato que tornou um sucesso estes eventos para aqueles que estão a margem do Estado.

Em relação a oferta de assistência técnica, foram cumpridos os cronogramas pactuados no ano de 2011, ano em que foi lançada a chamada publica das empresas para assessorar os assentados para não só maximizar sua produção agropecuária, como também conscientizar nosso beneficiário que é possível produzir sem agredir o meio ambiente, de forma sustentável, e que os Projetos de Assentamento é a contra posição as monoculturas que se sustentam a base de defensivos agrícolas.

Podemos citar também que esta UJ orienta as Associações dos Parceleiros do PNRA, quando da aplicação dos créditos concedidos, que de preferência para que seja gasto em estabelecimentos comerciais do Município que pertença o Projeto, pois já esta provado que além de diminuir o custo da logística, estes recursos acabam por circular na economia local.

Portanto, todas as ações desta SR/28/DFE são pensadas para fomentar o desenvolvimento não só do individuo beneficiário do PNRA, trazendo dignidade e cidadania as pessoas envolvidas neste processo, como também primamos pelo desenvolvimento do Município com um todo, não se esquecendo que nossas ações, na grande maioria das vezes, passa por constantes reuniões dentro destes Projetos objetivando conscientizar da necessidade de se preservar o meio ambiente.

2.4Indicadores

Os indicadores utilizados por esta Unidade Jurisdicionada com o escopo de monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, são pensados todos os dias pelas chefias desta Superintendência, através de encontros e reuniões, porém, importante salientar, neste ponto, que vivemos um fenômeno nesta UJ que acaba por comprometer nossa atuação, através das metas estipuladas, pois tanto os recursos repassados pela sede do INCRA, quanto o numero de servidores para atender esta demanda, não se faz suficiente para atender tão somente a meta imposta.

Em outras palavras, com um universo de aproximados 190 (cento e noventa) assentamentos rurais e mais de 13.500 (treze mil e quinhentas) famílias beneficiárias do PNRA, sob nossa responsabilidade, todos os dias nos deparamos com problemas, principalmente aqueles que remontam a problemas de relacionamento interpessoal dos beneficiários do PNRA, a compra e venda de parcelas ao arrepio da lei, que nos são trazidos por nossa clientela, e que devem ser enfrentados sob pena do Estado perder o controle dentro destes Projetos, pois basta a ausência estatal na condução desta política, para que seja criado um campo fértil de desenvolvimento de um poder paralelo, situações que acabam por engessar a consecução de nossas metas do ano em referência.

Nossa atuação, com relação a nossa principal tarefa, se dá quando identificamos uma grande propriedade improdutiva. Os indicadores que temos diz respeito à demanda das famílias que querem ser assentadas, e que não são poucas.

Dentro deste universo, devemos coadunar a necessidade de se fomentar a reforma agrária com o custo por família para que este empreendimento social se torne viável, economicamente falando, não se esquecendo que a qualidade da terra desapropriada/adquirida deve ser muito bem analisada, pois já esta provado, de forma empírica, que a fixação do verdadeiro agricultor no Projetos de esta ligada a qualidade da terra que lhe foi destinada.

A gestão de nossas ações são periodicamente avaliadas, e como pode se observar neste relatório boa parte das ações são implementadas, excetuando-se algumas situações que não se tem como prever diante do universo de responsabilidade que possuímos, em face dos problemas de administração que vivenciamos neste momento.

3.Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1Estrutura de Governança

Neste tópico, que aborda a Estrutura de Governança, informamos que todo o trabalho de auditoria das UJs, a nível nacional, esta concentrado no INCRA Sede, conforme o documento abaixo que foi enviado pelo INCRA sede, objetivando subsidiar o porque de não se responder sobre este item, *in verbis*:

> ñTendo em vista a Auditoria Interna estar inserida exclusivamente na estrutura do INCRA/SEDE em Brasília optou-se por elaborar um documento para subsidiar as superintendências na descrição desse ponto no Relatório de Gestão, tendo como base a estrutura e os principais normativos que regulam as suas ações (Decreto nº 6.812/2009 e Regimento Interno).
>
> Importante então que as regionais relatem em seus respectivos relatórios esse fato, de a Auditoria estar localizada na Sede em Brasília e não fazer parte fisicamente nas regionais,. Assim, toda atividade atrelada à Auditoria Interna é realizada por Brasília, em consonância com seus normativos regulamentadores.
>
> Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, demonstrando, pelo menos.
>
> a)Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ:
>
> De acordo com a estrutura básica da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, a Auditoria Interna é órgão seccional integrante da estrutura do órgão e a ela compete:
>
> I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;
>
> II - prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;
>
> III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e
>
> IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.
>
> O Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria MDA nº 20 de 08 de abril de 2009, estabelece em seu art. 56 à Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:
>
> I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível e segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;
>
> II - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;
>
> III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;
>
> IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;

V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e

VII - analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

3.2Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 ï Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					**X**
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					**X**
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.					**X**
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					**X**
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	**X**				
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					**X**
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					**X**
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					**X**
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**X**
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			**X**		
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			**X**		
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			**X**		
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			**X**		
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			**X**		
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					**X**
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					**X**
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		**X**			
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				**X**	
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	**X**				
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				**X**	

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Análise Crítica:

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3Remuneração Paga a Administradores

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

3.4Sistema de Correição

A atividade correicional é exercida, na autarquia, de forma descentralizada, uma vez que são autoridades instauradoras: o Presidente do Incra, o Chefe de Gabinete,os Diretores e os Superintendentes Regionais.

A estrutura organizativa contempla, na Sede, uma unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT-1 (vinculada ao Gabinete da Presidência da Autarquia - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente) que, exerce as atribuições descritas no artigo 16 do Regimento Interno da autarquia.[3]

No âmbito das superintendências regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares. Contudo o artigo 132 do Regimento Interno da autarquia atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.[4]

Assim, o sistema vigente não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações contra servidores da Autarquia seja exercida plenamente, uma vez que não existe uma unidade seccional, conforme preconiza o Decreto 5.480, de 30.06.2005.

Não obstante, a autarquia tem se esforçado para registrar nos sistemas informatizados disponíveis - CGU-PAD e SisPAD - as informações relativas ao andamento das apurações disciplinares, em busca de obter o maior controle possível sobre as diversas apurações e seus resultados.

---

[3] *Art. 16. À Divisão de Procedimentos Disciplinares (GABT-1) compete:*

I. registrar, cadastrar e controlar os processos administrativos disciplinares e de sindicâncias instaurados pelo Gabinete da Presidência, Diretorias, Procuradoria Federal Especializada, assim como os recursos administrativos e judiciais interpostos;
II. encaminhar os processos administrativos disciplinares e de sindicância para os respectivos responsáveis pela condução dos trabalhos apuratórios;
III. expedir e controlar os atos de constituição, prorrogação e continuidade das comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
IV. elaborar despachos interlocutórios e decisões em procedimentos disciplinares afetos ao Gabinete da Presidência;
V. controlar o pagamento de diárias e passagens e a descentralização de recursos destinados aos membros de comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
VI. buscar alternativas de recursos humanos, dentro do perfil estabelecido pela Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em articulação com as Diretorias, Superintendências e Procuradoria Federal Especializada, objetivando à composição de comissões disciplinares, sob o enfoque e o dever de priorizar o atendimento às demandas do INCRA;
VII. manter sob sua responsabilidade o registro dos profissionais qualificados para atuar em comissões disciplinares e de sindicâncias;
VIII. controlar o prazo de entrega dos relatórios finais oriundos das comissões,constituídas pelo Gabinete da Presidência, assim como os demais prazos estabelecidos pela Lei nº. 8.112/90; e
IX. outras atividades compatíveis com suas atribuições.

[4] *Art. 132. Aos Superintendentes Regionais incumbe:*

...

XIV - instaurar procedimentos disciplinares e aplicar penas de advertência e de suspensão de até quinze dias, segundo sua área de atuação;

Ademais, a autarquia tem proporcionado eventos de capacitação, junto à CGU, para atuação em procedimentos disciplinares. Desta forma, atualmente, há na autarquia, 338 servidores capacitados.

Destaca-se a realização, em dezembro de 2012, de capacitação destinada a aperfeiçoamento de Presidentes e membros de Comissões Disciplinares do Incra e do MDA, promovida em conjunto com o MDA e a CGU, na Escola de Governo da AGU, cuja programação contemplou assuntos específicos do Incra, em especial o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, tema no qual há grande volume de denúncias que ensejam apurações e que, devido ao funcionamento descentralizado desdobra a ocorrência a mais de um local.

Dadas estas circunstâncias e, pela relevância do assunto, por meio do art. 6º. da Portaria INCRA/P/N.191, de 30.06.2009[5], foi delegada competência ao Chefe de Gabinete para instaurar procedimentos apuratórios, julgar e aplicar penalidades de advertência e suspensão até o limite de 30 dias, em relação a irregularidades que envolvam acesso não autorizado ou inclusão indevida de dados no Sistema nacional de Cadastro Rural - SNCR e expedição fraudulenta de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, independente do local da ocorrência dos fatos. Por este motivo, há uma concentração de apurações instauradas pelo Gabinete da Presidência, em face das denúncias apresentadas relacionadas ao tema.

Assim, embora a atual estrutura apresente avanços no tocante à apuração de irregularidades administrativas cometidas por seus servidores, ainda não abarca a dimensão e a relevância das atividades correcionais. E, por esta razão, o assunto tem sido pautado pela Direção da autarquia, para que sejam retomados os estudos que visem à estruturação de uma unidade de Corregedoria, com o propósito de tornar mais efetiva a vigilância, orientação e correção das atividades funcionais, bem como a conduta dos seus agentes, em busca de dar efetivo atendimento às recomendações dos órgãos de controle e do Decreto 5.480/2005.

3.5Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O Incra conta com 2 servidores por superintendência regional, ou seja 60 servidores, treinados para o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD e, na Sede, 4 servidores estão capacitados para sua utilização.

Contudo, devido às deficiências de estrutura e pessoal nas superintendências regionais, há dificuldades em manter os dados atualizados no sistema.

No entanto, nos casos em que o julgamento deve ser proferido pelo Chefe de Gabinete ou pelo Presidente, a Divisão de Procedimentos Disciplinares tem preenchido esta lacuna e providenciado a atualização das informações.

Já nos processos instaurados pela Sede, as informações são lançadas nos momentos de instauração e de conclusão dos processos, com anexação das peças principais no referido sistema.

A CGU, frequentemente, monitora o lançamento das informações e peças processuais, sendo que a autarquia tem atendido todas as solicitações efetuadas.

Ademais, no intuito de obter informações mais específicas foi criado o SisPad, sistema informatizado desenvolvido na autarquia, que permite obter relatórios sobre os apuratórios de forma mais adequada aos interesses do Incra.

[5] Portaria Incra/P/n° 191 de 30 de junho de 2009.

Para dar mais agilidade a esta atividade, encontra-se em estudo uma proposta para incumbir as próprias comissões de realizar os lançamentos das informações intermediárias, tais como portarias de prorrogação, continuidade e alteração e até mesmo o Relatório Final.

Este último ponto se relaciona com o item 3.5 do Relatório e será respondido unicamente pela Sede, uma vez que diz respeito à estrutura organizativa".

4.Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1 ï Programa de Governo constante do PPA ï Temático ï Programa 2066

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2066
Título	Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R$ 1,00)

Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d ï e)
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA	
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	2.674.035.000	1.351.073.356	8.423.771.000
b) Outras Fontes			-
c) Subtotais (a + b)	2.674.035.000	1.351.073.356	
d) Valor Global Previsto no PPA	11.097.806.000		

Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R$ 1,00)

Provisão Recebida	**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar**		**Valores Pagos**
			Processados	**Não Processados**	

Objetivos Relacionados ao Programa

Código	**Descrição**	**Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento**
0418	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.	INCRA
0419	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.	INCRA
0420	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	INCRA
0421	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para	INCRA

	a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	
0422	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.	INCRA

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Neste item estão elencados os objetivos do Plano Plurianual ï PPA 2012-2015 que possuem ações orçamentárias cuja execução é de responsabilidade do INCRA. Cabe ressaltar que não foram listadas as metas às quais não está atrelada nenhuma ação orçamentária, tendo em vista a impossibilidade de auferir sua execução física e orçamentária.

Também não foram consideradas metas do PPA que não possuem meta anual específica no Plano de Compromissos. Algumas metas, ainda, foram aglomeradas nos campos de metas financeiras, tendo em vista a impossibilidade de separar a execução orçamentária para diferentes metas dentro de uma mesma ação orçamentária.

4.1.2.1 Objetivos Vinculados ao Programa 2066

Quadro A.4.2.1.a ï Objetivos de programa temático ï Objetivo 0418

Identificação do Objetivo	
Código	0418
Descrição	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) **(Ação 2105**)	Imóvel gerenciado				
2	Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) (**Ação 2105**)	CCIR emitido	-			

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à Ação **2105** - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel gerenciado*					
2	CCIR emitido*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.2.1.b ï Objetivos de programa temático ï Objetivo 0419

Identificação do Objetivo	
Código	0419
Descrição	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de há (**Ação 4426**)	Hectare certificado	-			
2	Georreferenciamento de 4 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 1.952/2009 - Terra Legal (**Ação 4426**)	Imóvel georreferenciado				
3	Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária (**Ação 2110**)	Imóvel regularizado				
4	Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal (**Ação 8378**)	Área diagnosticada				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4426** - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional; **2110** - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; **8378** - Gestão de Terras Públicas e **2114** - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos.

Execução de Restos a Pagar (RAP)

Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Hectare certificado*					
2	Imóvel georreferenciado*					
3	Imóvel regularizado*					
4	Área diagnosticada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.2.1.c ï Objetivos de programa temático ï Objetivo 0420

Identificação do Objetivo	
Código	0420
Descrição	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criar 800 projetos de assentamento (Não possui ação orçamentária)	Projeto criado	-		-	-
2	Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (**Ação 8387**)	Área vistoriada				
3	Obter 1 milhão de hectares (**Ação 4460**)	Área obtida				
5	Assentar 200 mil famílias (**Ação 8384**)	Família assentada				
6	Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos (**Ação 8374**)	Licença protocolada				
7	Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher (**Ação 0427**)	Crédito disponibilizado				
8	Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria(**Ação 0427**)	Crédito disponibilizado	-			

9	Construir e/ou reformar 120 mil casas (**Ação 0427**)	Casa construída	-			
10	Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água (**Ação 8396**)	Família atendida	-			
11	Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas (**Ação 8396**)	Km construídos/reformados	-			

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **8387** - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; **4460** - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; **20TG** - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; **8384** - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária; **8374** - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária; **0427** - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; **20S7** - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; **8398** - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e **8396** - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Projeto criado*					
2	Área vistoriada*					
3	Área obtida*					
4	Família assentada*					
5	Licença protocolada*					
6	Crédito disponibilizado*					
7	Crédito disponibilizado*					
8	Casa construída*					
9	Família atendida*					
10	Km construídos/reformados*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.2.1.d ï Objetivos de programa temático ï Objetivo 0421

Identificação do Objetivo	
Código	0421
Descrição	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício					

Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso (**Ação 4358**)	Documento de titulação expedido				
2	Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento (**Ação 2B06**)	Assentamento beneficiado				
3	Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização (**Ação 4230**)	Família beneficiada				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4358** - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento; **2B06** - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e **4320** - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de titulação expedido*					
2	Assentamento beneficiado**					
3	Família beneficiada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Quadro A.4.2.1.e ï Objetivos de programa temático ï Objetivo 0422

Identificação do Objetivo	
Código	0422
Descrição	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Atender 8.000 jovens e ou adultos (**Ação 4474**)	Trabalhador escolarizado				
2	Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social (**Ação 6952**)	Profissional capacitado				
3	Manter 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente (**Ação 8370**)	Profissional formado				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4474** - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); **6952** - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e **8370** - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador escolarizado**					
2	Profissional capacitado**					
3	Profissional formado**					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

4.1.2.2 Objetivo Vinculado ao Programa 2012

Quadro A.4.2.2 ï Objetivos de programa temático ï Objetivo 0412

Identificação do Objetivo	
Código	0412
Descrição	Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.
Programa	2012 ï Agricultura Familiar
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária (**Ação 4470**)	Família assistida				
2	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado (**Ação 4470**)	Família assistida	-			
3	Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres (**Ação 4448**)	Agente formado				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4470** - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e **4448** - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família assistida**					
2	Família assistida**					
3	Agente formado*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

4.1.2.3 Objetivo Vinculado ao Programa 2034

Quadro A.4.2.3 ï Objetivos de programa temático ï Objetivo 0987

Identificação do Objetivo					
Código	0987				
Descrição	Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.				
Programa	2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial				
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não	

				Processados	

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares (**Ação 0859**)	Área indenizada				
2	Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias (**Ação 20T1**)	Área reconhecida				
3	Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias (**Ação 20T1**)	RTID publicado	-			
4	Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas (**Ação 20T1**)	Título expedido	-			

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **0859** - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos e **20T1** - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área indenizada*					
2	Área reconhecida*					
3	RTID publicado*					
4	Título expedido*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Neste item estão elencadas as iniciativas do Plano Plurianual ï PPA 2012-2015 que possuem ações orçamentárias cuja execução é de responsabilidade do INCRA. Cabe ressaltar que não foram listadas as iniciativas e metas às quais não está atrelada nenhuma ação orçamentária, tendo em vista a impossibilidade de auferir sua execução física e orçamentária.

4.1.3.1 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418

Quadro A.4.3.1 ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01DV

Identificação da Iniciativa

Código	01DV
Descrição	Fiscalização cadastral das propriedades rurais.
Objetivo	0418
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado (**Ação 2105**)	Imóvel				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **2105 -** Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.2 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419

Quadro A.4.3.2.a ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01E6

Identificação da Iniciativa	
Código	01E6
Descrição	Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais
Objetivo	0419
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Georreferenciado (**Ação 4426)**	Imóvel				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **4426 -** Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Georreferenciado*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.2.b ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01E7

Identificação da Iniciativa	
Código	01E7
Descrição	Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso.
Objetivo	0419
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Regularizado (**Ação 2110**)	Imóvel				
2	Sistema Mantido (**Ação 2114**)	Sistema				
3	Área Diagnosticada (**Ação 8378**)	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **2110** - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; **2114** - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos e **8378** - Gestão de Terras Públicas.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Regularizado*					
2	Sistema Mantido*					
3	Área Diagnosticada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.3 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420

Quadro A.4.3.3.a ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01EK

Identificação da Iniciativa	
Código	01EK
Descrição	Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS).
Objetivo	0420
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada (**Ação 8387**)	Ha				
2	Área Obtida (**Ação 4460**)	Ha				
3	Área Indenizada (**Ação 20TG**)	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **8387** - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; **4460** - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária e **20TG** - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada*					
2	Área Obtida*					
3	Área Indenizada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.3.b ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01EL

Identificação da Iniciativa	
Código	01EL
Descrição	Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento.
Objetivo	0420
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)

Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família assentada (**Ação 8384**)	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **8384** - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família assentada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.3.c ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01EO

Identificação da Iniciativa	
Código	01EO
Descrição	Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização.
Objetivo	0420
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado (**Ação 8374**)	Assentamento				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **8374** - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.3.d ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01EP

Identificação da Iniciativa	
Código	01EP
Descrição	Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.
Objetivo	0420
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família atendida (**Ação 0427**)	Família				
2	Crédito Supervisionado (**Ação 20S7**)	Família				
3	Família atendida (**Ação 8398**)	Família				
4	Família atendida (**Ação 8396)**	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **0427** - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; **20S7** - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; **8398** - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e **8396** - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família atendida*					
2	Crédito Supervisionado*					
3	Família atendida*					
4	Família atendida*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.4 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421

Quadro A.4.3.4.a ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01ES

Identificação da Iniciativa	
Código	01ES
Descrição	Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento.
Objetivo	0421

Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido (**Ação 4358**)	Documento				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **4358** - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.4.b ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01EU

Identificação da Iniciativa	
Código	01EU
Descrição	Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental.
Objetivo	0421
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado (**Ação 2B06**)	Assentamento				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **2B06** - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

		(exercícios anteriores)				
1	Assentamento Beneficiado**					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.4.c ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01EW

Identificação da Iniciativa	
Código	01EW
Descrição	Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres.
Objetivo	0421
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada (**Ação 4320**)	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **4320** - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.5 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422

Quadro A.4.3.5 ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01F1

Identificação da Iniciativa	
Código	01F1
Descrição	Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional.
Objetivo	0422

Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Trabalhador Rural escolarizado (**Ação 4474**)	Trabalhador				
2	Profissional capacitado (**Ação 6952**)	Profissional				
3	Profissional capacitado (**Ação 8370**)	Profissional				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **4474** - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); **6952** - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e **8370** - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador Rural escolarizado**					
2	Profissional* capacitado**					
3	Profissional capacitado**					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

4.1.3.6 Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412

Quadro A.4.3.6 ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 01CB

Identificação da Iniciativa	
Código	01CB
Descrição	Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER e à implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultoras rurais.
Objetivo	0987
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)	

Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida (**Ação 4470**)	Família				
2	Agente Formado (**Ação 4448**)	Agente				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **4470** - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e **4448** - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida**					
2	Agente Formado**					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

4.1.3.7 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987

Quadro A.4.3.7 ï Iniciativas de programa temático ï Iniciativa 047A

Identificação da Iniciativa	
Código	047A
Descrição	Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação.
Objetivo	0987
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área indenizada (**Ação 0859**)	Ha				
2	Área reconhecida (**Ação 20T1**)	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **0859** - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos; **20T1** - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Quadro A.4.4. 1.1 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 2105

Identificação da Ação	
Código	2105
Descrição	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural
Iniciativa	01DV
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
24.160,00	22.437,82	19.937,82	0,00	2.500,00	19.937,82

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado	Imóvel	1342	2456	24.160,00	19.937,82

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado*	0	2.866,78	1.132,78	1.734,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.2 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 2110

Identificação da Ação	
Código	2110
Descrição	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos
Iniciativa	01E7
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
37.700,00	34.963,65	31.963,65	0,00	0,00	31.963,65

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Regularizado	Imóvel	75	0	37.700,00	31.963,65

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Regularizado*	0	12.000,00	182,34	11.817,66	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.3 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 2114

Identificação da Ação	
Código	2114
Descrição	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos
Iniciativa	01E7
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema Mantido	Sistema				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Sistema Mantido*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Quadro A.4.4. 1.4 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 4426

Identificação da Ação	
Código	4426
Descrição	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional
Iniciativa	01E7
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
63.250,00	38.984,25	38.984,25	0,00	0,00	38.984,25

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Georreferenciado	Imóvel	81	191	63.250,00	38.984,25

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Georreferenciado*	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4.5 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 8378

Identificação da Ação	
Código	8378
Descrição	Gestão de Terras Públicas
Iniciativa	01E7
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Diagnosticada	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Diagnosticada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Quadro A.4.4.1.6 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 8387

Identificação da Ação	
Código	8387
Descrição	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais
Iniciativa	01EK
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
414.746,35	364.327,51	364.205,84	0,00	121,67	364.205,84

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada	Ha	75.300	9.611,28	241.000,00	364.205,84

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada*	23.345,28	4.639,92	597,29	4.042,63	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Verifica-se que o cumprimento da meta física foi 9.611,28 ha, o que equivale a apenas 12,8 % em relação à meta prevista. No entanto, para melhor avaliação dos resultados, torna-se imperativo o conhecimento de outras demandas e vistorias executadas no âmbito dessa mesma ação, e que por uma questão de critério, não são contabilizadas para as metas físicas.

Foram realizadas diversas outras vistorias, que apesar de não serem contabilizadas para as metas de obtenção, estão relacionadas ao processo de obtenção de terras, são realizadas com recursos dessa ação, e inclusive, na maioria das vezes, demandam atenção prioritária. É o caso, por exemplo, do acompanhamento de perícias judiciais. Somente no ano de 2012 foram realizadas seis (6) perícias em imóveis desapropriados pelo INCRA sob jurisdição desta Superintendência, contabilizando um total de 18.526,11 ha vistoriados, o que perfaz 24,6% da meta prevista. Além das perícias judiciais, várias outros trabalhos de vistoria foram realizados para atender demandas igualmente importantes. É o caso, por exemplo, da Fazenda Conceição, onde se encontra criado o ñProjeto de Assentamento Pedro Falcoò, em Alvorada do Norte ï GO, com área de 4.653,95 ha, que além de sofrer uma perícia judicial, necessitou ser vistoriada outras duas (2) vezes, sendo produzidos dois (2) relatórios distintos - o último, elaborado por uma equipe composta por dez (10) engenheiros agrônomos - para aferir a viabilidade técnica e balizar a tomada de decisão do INCRA quanto à continuidade do processo de desapropriação face a uma ação civil impetrada pelo Ministério Público. Outro exemplo, é a Fazenda Chapadinha, com área de 435,5736 ha, localizada em Planaltina ï DF, pertencente à União e repassada ao INCRA pela Secretaria de Patrimônio da União ï SPU para criação de assentamento, que precisou

ser vistoriada mensalmente em conjunto com o ICMBIO, para fins de fiscalização, por determinação do judicial. Além destas, foram realizadas outras vistorias para atendimento de demandas da Procuradoria Jurídica Especializada, do Ministério Público, da Polícia Federal e de órgãos ambientais. No total, além da área contabilizada nas metas físicas e as perícias judiciais foi vistoriada uma área de 17.163,08 há, correspondente a 22,8%. Somadas todas as vistorias realizadas, e contabilizando-se os casos de vistorias distintas realizadas em um mesmo imóvel, tem-se um total de 45.300,47 ha efetivamente vistoriados, objeto de trabalhos de campo efetivo, o que equivale a 60,2% da meta física. No Quadro A.4.4.1.6A, estão demonstrados os quantitativos de área efetivamente vistoriada em 2012.

Quadro A.4.4.1.6A. Quantitativos de área efetivamente vistoriada.

Vistorias que contam para meta	Área vistoriada	% em relação à meta física
Vistorias que contam para meta	9.611,28 ha	12,8%
Perícias (não contam para meta)	18.526,11 há	24,6%
Outras vistorias que não contam para meta	17.163,08 há	22,8%
Total	45.300,47 ha	60,20%

Além das áreas que foram vistoriadas e que demandaram trabalhos de campo, foram finalizados 10 relatórios referentes a vistorias realizadas em 2011, perfazendo um total 23.345,28 há, objeto de conclusão. Esse quantitativo não foi contabilizado na execução física de 2012, mas foi lançado na execução física referente a exercícios anteriores. No entanto, não envolveu trabalhos de campo, apesar de ter absorvido significativa mão de obra de servidores lotados na superintendência, na elaboração dos respectivos laudos e relatórios técnicos.

Portanto, de forma geral, a baixa execução física estabelecida para o ano de 2012 é explicada pela realização de várias outras vistorias que não são contabilizadas para as metas, além da conclusão de trabalhos iniciados em exercícios anteriores, e principalmente, devido a restrita capacidade operacional da Superintendência.

Em relação à execução financeira, observa-se que a despesa realizada (R$ 364.205,84) equivale a 87% da provisão recebida (R$414.746,35), e a 151% da meta financeira prevista (R$ 241.000,00). No Quadro A.4.4.1.6B estão discriminados os elementos de despesa onde os recursos financeiros foram utilizados.

Quadro A.4.4.1.6B Natureza das despesas relativas à Ação 8387 ï Vistoria e Avaliação de Imóveis.

Natureza da Despesa		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	RP
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	R$ 73.866,16	R$ 73.866,16	R$ 73.866,16	0,00-
339030	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 51.685,00	R$ 51.563,33	R$ 51.563,33	121,67
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	R$ 67.600,00	R$ 67.600,00	67.600,00	0,00-
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS -PESSOA JURIDICA	R$ 171.176,35	R$ 171.176,35	171.176,35	0,00-

Fonte: SIAFI, 2013.

Verifica-se, conforme o Quadro A.4.4.1.6B, que o maior gasto realizado se deu no elemento de despesa 339039 ñOutros serviços de terceiros ï pessoa jurídicaò, correspondente ao montante de 171.176,00, que equivale a 47% de toda a despesa realizada nessa ação. O Quadro A.4.4.1.6C apresenta um outro detalhamento dos gastos específicos realizados dentro desse elemento de despesa.

Quadro A.4.4.1.6C Detalhamento das despesas relativas ao elemento 339039, ñServiços de Terceiros ï Pessoa Jurídicaò dentro da Ação 8387 ï Vistoria e Avaliação de Imóveis.

Valor Liquidado	Destinação
R$ 131.747,00	Pagamento de honorários periciais (depósito judicial)
R$ 39.429,00	Despesas com manutenção de veículo
R$ 171.176,00	Total

Fonte: Divisão de Administração ï SR (28) DFE.

Verifica-se que, 23% da despesa executada nesse elemento foi realizada com a manutenção de veículos, e equivale a 10,8% de toda a execução financeira realizada nessa Ação 8387. Trata-se da manutenção de uma frota em condições de atender às diversas demandas da Superintendência, tendo impacto indireto nessa ação e também em outras ações e programas desenvolvidos pela Superintendência, pois não há como fazer a separação. Com isso, mesmo que a execução física seja pequena, a execução financeira ocorrerá.

Porém, o maior destaque se dá, ao valor desembolsado para pagamento de honorários periciais, mediante depósito judicial. O valor gasto com o pagamento de honorários periciais em 2012 foi de R$ 131.747,00, 77% do valor gasto nesse elemento de despesa e a 36,2% de todo o valor gasto nessa ação. Se comparado à meta financeira prevista, equivale a 54,7% da mesma. Portanto, trata-se do principal fator responsável pelo aparente descompasso entre execução física e financeira. Convém ressaltar que esse custo não contempla as despesas gastas para acompanhamento das perícias, pelos servidores do INCRA. O Quadro A.4.4.1.6D apresenta o detalhamento dos valores gastos com o pagamento de honorários periciais em 2012.

Quadro A.4.4.1.6D. Despesas realizadas com pagamento de honorários periciais na Ação 8387 ï Vistoria e Avaliação de Imóveis - no exercício de 2012.

Imóveis com Perícias Judiciais cujos honorários foram pagos em 2012	Despesas com Honorários Periciais
Fazenda Fartura	R$ 20.000,00
Fazenda Gibão	R$ 21.512,00
Fazenda Indiara	R$ 21.676,00
Fazenda São Francisco	R$ 19.789,00
Fazenda Suçuarana	R$ 22.486,00
Fazenda Barra I	R$ 26.284,00
Total	**R$131.747,00**

Fonte: Divisão de Administração ï SR (28) DFE.

Outra despesa que merece ser destacada, porque onerou a execução financeira, corresponde ao elemento 339033 ñPassagens e despesas com locomoçãoò, cujo montante liquidado foi de R$ 67.600,00, e corresponde a 18,6 % de todo o valor executado, e equivale a 28 % da meta financeira prevista. Todo esse recurso foi utilizado para locação de viaturas que foram disponibilizadas para uma força tarefa em Mato-Grosso, a pedido da Presidência do INCRA, que descentralizou esse valor com esse propósito especifico, mas dentro dessa Ação. Portanto, trata-se de uma provisão que foi recebida e computada como sendo da Ação 8387 ï Vistoria e Avaliação de Imóveis da

Superintendência, mas que na prática é alheia a essa Ação, e não foi utilizado por esta Unidade Jurídica, mas pelo INCRA no seu contexto geral.

Por fim, os recursos discriminados nos elementos de despesa 339014 ï ñDiárias/Pessoa Civilò, no montante de R$ 73.866,16 e 339030 - ñMaterial de Consumoò da Ação 8387 ï ñVistoria e Avaliação de Imóveisò, que juntos perfazem 34,4% do valor executado, foram usados para o custeio de diversas atividades concernentes à obtenção de imóveis, tanto nas vistorias que são computadas nas metas físicas quanto naquelas que não são computadas e ainda em todas as diligências relativas a essa matéria, incluindo-se a busca de certidões de registro em cartórios para elaboração de cadeia dominial, viagens do Superintendente e Assessores quando o assunto diz respeito à obtenção de imóveis, e em especial, as diligências da Procuradoria Jurídica junto aos Fóruns de Justiça.

As despesas liquidadas de restos a pagar (RAPs) inscritos em 2011, correspondente ao montante de R$ 4.042,63, compõe um percentual muito pequeno em relação ao custo dessa Ação, e foram utilizadas para manutenção de veículos, cuja influência nas ação de vistoria e avaliação é indireta, contribuindo no rateio para a manutenção a frota em qualidade adequada e disponível para as ações da Superintendência.

Quadro A.4.4. 1.7 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 4460

Identificação da Ação	
Código	4460
Descrição	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária
Iniciativa	01EK
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
941.045,84	941.045,84	0,00	0,00	941.045,84	0,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Obtida	Ha	8.277	0	9.816,880	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Obtida*	7.302,77	7.412.074,45	0,00	6.474.114,12	937.960,33

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Verifica-se que, embora houvesse uma Meta Financeira de R$ 9.816.880,16 a provisão recebida, de fato, para o exercício de 2012 foi de apenas R$ 941.045,84, a qual foi empenhada, mas não foi liquidada. Corresponde ao valor para pagamento de R$ 8.499,70 pelas benfeitorias das Fazendas, Fetal - localizada em Buritis/MG, com área de 690,6800 há (para a qual se aguarda a escritura do imóvel, a ser providenciada pelo proprietário); e de R$932.536,14, pelo pagamento das benfeitorias da Fazenda Jacu Mucambo, com área de 2.838,6171ha, localizada em São Domingos, cuja ação de desapropriação deverá ser ajuizada em 2013. Somadas, as áreas desses imóveis correspondem a 3.529,2971 ha, mas não foram computados na meta física concluída para o exercício de 2012, porque ainda não foram efetivadas, tal como a execução financeira que também não foi processada.

O não recebimento da provisão prevista se deveu, principalmente ao contingenciamento imposto pelo Governo Federal em 2012, e também às diligências e readequações solicitadas no âmbito da Diretoria de Obtenção, MDA e Casa Civl, de alguns processos que já haviam sido encaminhados para pagamento ou para expedição do decreto presidencial.

No entanto, apesar da provisão e da execução financeira prevista para o exercício de 2012 não terem se concretizado ï o que fez com que a meta física também não se concretizasse ï foi realizada a execução financeira de R$6.474.114,12 de ñRestos a Pagarò, inscritos no final do exercício de 2011, e que culminaram com uma execução física de 7.302,77 há, que apesar de serem referentes a RAP de 2011, somente foi concretizada e computada em 2012. Com esse valor foram efetuados os

depósitos para pagamento das benfeitorias das fazendas Esplanada Retiro, localizada em Flores de Goiás, 2452,362 há, no valor de R$ 327.956,51 e Fazenda Palmeiras, localizada no município de Formosa ï GO, com área 4850,4052 há, no valor de R$6.146.157,61. Esses dois imóveis tiveram as ações de desapropriação ajuizadas em 2012, sendo que já foi obtida a imissão na posse da Fazenda Esplanada/Retiro, onde foi criado o ñPA Cavalcanteò ainda em 2012. Se fossem computadas essas execuções, comparando-se às metas previstas para o exercício, as execução física e financeira corresponderiam respectivamente a 88,22% e 65,94% em relação à execução prevista para o ano. Convém ressaltar que essa execução não foi contabilizada nos exercícios anteriores.

O restante de Restos a Pagar remanescentes da inscrição de 2011 (R$ 937.960,33) correspondem ao valor para pagamento das benfeitorias das Fazendas Malhadinha I (R$ 734.520,22) e Malhadinha II (R$ 98.626,66), cujos processos deverão ser unificados e os procedimentos para obtenção, reiniciados, tendo em vista um parecer jurídico exarado no último momento, no qual se concluiu que essas áreas devem ser consideradas como um único imóvel, passível de desapropriação e não de aquisição. Além desses valores, restam ainda R$ 12.134,00 que correspondem a sobras de TDAs, e ainda, R$ 92.679,33 que foi deduzido da indenização inicialmente prevista para a Fazenda São Vicente, devido à destruição de uma benfeitoria no tempo decorrido entre a avaliação administrativa e o ajuizamento da ação.

Quadro A.4.4. 1.8 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 20TG

Identificação da Ação	
Código	20TG
Descrição	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária
Iniciativa	01EK
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Quadro A.4.4. 1.9 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 8384

Identificação da Ação	
Código	8384
Descrição	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária
Iniciativa	01EL
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
90.135,00	86.831,89	85.096,89	0,00	1.735,00	85.096,89

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assentada	Família	710	824	113.755,00	85.096,89

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assentada*	0	4.630,77	138,61	4.492,16	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Verifica-se que a execução física para a Ação 8384, que se refere ao cadastro, seleção e homologação de famílias foi de 116% em relação à meta Prevista no Plano de Compromisso 2012 e Ajustada pelo Decreto nº 7.680, contraposta a uma execução orçamentária de 75%, que somados aos restos a pagar inscritos em 2011, perfazem 79% da meta financeira.

Trata-se de uma das mais importantes metas do INCRA, com a qual culminam diversas ações, tais como a vistoria de imóveis, as indenizações, e mesmo, o licenciamento prévio, além de outras. A superação dessa meta depende não só de eficiência, mas também, de eficácia nessas outras ações. Cooperou para o cumprimento e a superação dessa meta física, a criação de alguns assentamentos cujos processos de aquisição já estavam adiantados em 2011, como por as Fazendas São Vicente I e São Vicente II, em Buritis ï MG, onde foram criados os PAs. Quilombo dos Palmares e Nelson Mandela, ou mesmo concluídos no final de 2011, como no Forquilhas/Piau em Unaí, mas que em razão do tempo hábil, somente em 2012 foi criado o assentamento (PA José Ribamar). Além destas, também havia alguns processo em fase final de conclusão e foram ajuizados e obteve-se a imissão na posse em 2012, sendo possível criar o assentamento, como no caso da Fazenda Água Fria, em Formosa, e da Fazenda Cabeçudo/São Roque, em Flores de Goiás, onde foram criados os PAs Água Fria e Egídio Brunetto, respectivamente. Também houve o caso de imóvel que já havia sido adquirido em anos anteriores, mas cuja licença ambiental somente foi obtida em2012, quando foi criado o assentamento, como no caso do PA Santa Mônica, criado na Fazenda Palmeira/Santa Mônica, em Buritis ï MG. Além das áreas obtidas, a execução física foi completada com o assentamento de famílias em processos de retomada de lotes, em assentamentos já existentes.

Em alguns casos, o processo de seleção já havia sido iniciado em 2011, sendo concluído apenas em 2012, quando pôde ser computado na execução das metas físicas, razão pela qual o custo com despesas de campo se tornou menos oneroso do que o previsto para o ano.

A discriminação do montante de recursos gastos para execução dessa Ação está demonstrada no Quadro A.4.4. 1.9 A.

Quadro A.4.4. 1.9 A.ï Natureza das despesas relativas à Ação 8384 ï Cadastro, seleção e homologação de famílias beneficiárias do programa nacional de reforma agrária.

Natureza da Despesa		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	26.819,94	26.819,94	26.819,94	
339030	MATERIAL DE CONSUMO	15.984,95	15.984,95	15.984,95	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	34.027,00	32.292,00	32.292,00	1.735,00
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	10.000,00	10.000,00	10.000,00	

Fonte: SIAFI, 2013.

Verifica-se que, do montante executado, R$ 26.819,94 foram utilizados para o pagamento de diárias dos servidores responsáveis pelos trabalhos de campo para cadastramento e seleção das famílias, e R$ 15.984,95 foram utilizados com despesas de combustível, para essa mesma finalidade. O montante de R$ 32.292,00 discriminados no elemento de despesa 339033 ï ñPassagens e despesas com locomoçãoò foi utilizado no rateio geral da Superintendência, para locação de veículos. E, o montante de R$10.000,00 foi utilizado no rateio para custear a locação de veículos. Convém ressaltar que essas duas últimas despesas atendem a uma demanda geral da superintendência, com o objetivo de manter uma frota em quantidade e qualidade suficiente para realização dos diversos trabalhos e ações desempenhadas pela Superintendência. O valor de R$ 4.492,16 executado do valor inscrito em RAPs do ano de 2011 foram utilizados no elemento ñmaterial de consumoò, para despezas com combustível para veículos. Esse recurso foi útil para continuidade de trabalhos de cadastramento de famílias iniciados no final de 2011, e para início dos trabalhos de cadastro e seleção dos assentamentos criados no início de 2012.

Quadro A.4.4. 1.10 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 0427

Identificação da Ação	
Código	0427
Descrição	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas
Iniciativa	01EP
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
40.278.458,00	40.278.458,00	2.515.000,00	0,00	37.733.000,00	2.515.000,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	1.790	2090	40.278.458,00	2.515.000,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*	0	12.844.400,00	690,00	6.579.600,00	6.195.800,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A meta realizada foi 116,75% (cento e dezesseis e setenta e cinco por cento) da meta realizada por termos uma grande demanda de empenho da modalidade Apoio Mulher.

Dos R$ 40.278.458,00 (quarenta milhões, duzentos e setenta e oito mil, quatrocentos e cinqüenta e oito reais) empenhados, R$ 4.954.000,00 (quatro milhões, novecentos e cinqüenta e quatro mil) foram para atender 717 (setecentos e dezessete) famílias com a complementação de recursos para as modalidades da aquisição material de construção e recuperação material de construção.

Dentre os restos a pagar inscritos foram priorizados o pagamento dos valores destinados a modalidade do Apoio Mulher para atendimento da pauta das marchas das margaridas junto à presidência da republica.

Na execução orçamentária e financeira também foram priorizados para liquidação os valores destinados a modalidade do Apoio Mulher para atendimento da pauta das marchas das margaridas junto à presidência da republica.

O saldo que ainda permanece inscrito em restos a pagar não foi liquidado por falta de recursos financeiros.

Quadro A.4.4. 1.11 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 20S7

Identificação da Ação	
Código	20S7
Descrição	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária
Iniciativa	01EP
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
341.500,00	334.456,90	311.256,80	0,00	23.200,10	311.256,80

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Crédito Supervisionado	Família	670	939	301.500,00	311.256,80

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Crédito Supervisionado*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Os R$ 311.256,80 (trezentos e onze mil, duzentos e cinqüenta e seis reais e oitenta centavos) foram gastos com a liquidação de diárias de servidores, combustível, locação de veículos para garantir os deslocamentos dos servidores a campo com o intuito de aplicar, acompanhar e fiscalizar a liberação e a execução dos créditos instalação 939 (novecentos e trinta e nove) famílias.

Parte do recurso também foi utilizado para levar o programa da bolsa verde do MMA e MDS para os assentados do PNRA.

Quadro A.4.4. 1.12 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 8396

Identificação da Ação	
Código	8396
Descrição	Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento
Iniciativa	01EP
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.052.823,00	2.030.026,48	1.120.773,48	0,00	909.253,00	1.120.773,48

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	300	0	2.312.953,00	1.120.773,48

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*	2688	6.819.704,08	0,00	6.819.704,08	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Nos esclarecimentos iniciais, deste Relatório, como historicamente acontece, as obras de infra-estrutura, programadas, estão dentro de Programações Operacionais, executadas dentro de um ano e efetivamente são realizadas na sua totalidade ou parcialidade, em anos posteriores aos inicialmente programados.

Geralmente ocorrem os empenhos nos meses de novembro e, na maioria, no mês de dezembro, podendo-se dar início fisicamente nos pleitos entre os meses de janeiro/março do ano posterior.

Esta dificuldade basicamente ocorre por atrasos na disponibilização de recursos financeiros para tais ações, principalmente nos casos de obras a serem executadas através de Convênios com Prefeituras Municipais.

Tivemos casos de recursos que tiveram atrasos de mais de um ano na liberação, pois não foram disponibilizados os valores necessários.

Esclareço que na sua maioria, os Convênios têm suas liberações programadas em no máximo duas parcelas para evitarmos tais situações.

No ano de 2012 as obras efetivamente implantadas tiveram seus recursos, em sua maioria, provenientes da situação de ñrestos à pagarò.

Conforme demonstrado, no Relatório de Gestão, do ano de 2011 temos a informar o prosseguimento do emprego dos recursos disponibilizados, os quais têm duas formas de execução:

Obras executadas diretamente através de Licitações

Complementação de estradas vicinais em toda a área da SR-28/DFE (Restos a Pagar 2011/Empenhado 2011)

As obras de complementação de estradas vicinais, executadas através de Licitação direta, tiveram sua execução no ano de 2012, no valor de R$ 1.466.256,66 (um milhão quatrocentos e sessenta e seis mil, duzentos e cinqüenta e seis reais e sessenta e seis centavos), correspondendo a Termo Aditivo de aumento de valor do Contrato CRT/DE/21.000/2010, obra esta a cargo da Firma ALS Engenharia e Construções LTDA, cujas obras foram totalmente concluídas no ano de 2012.

Foram beneficiadas, no ano de 2012, 245 (duzentos e quarenta e cinco) famílias.

Construção de ponte em concreto armado, sobre o Rio Pasmado, Mun. De Buritis (MG) (Restos a Pagar 2011/Empenhado 2011)

A ponte em concreto armado teve sua finalização de obra, no ano de 2012, com execução através da Firma ALS Engenharia LTDA, contrato CRT/DE/9.000/2011.

Esta obra teve um percentual de execução de 84,00%, no ano de 2011 e 16,00%, no ano de 2012.

Para esta obra, tivemos o valor inicial de R$ 656.786,58 (seiscentos e cinqüenta e seis mil, setecentos e oitenta e seis reais e cinqüenta e oito centavos) e um valor referente ao primeiro Termo Aditivo de valores, no valor de R$ 119.840,88 (cento e dezenove mil, oitocentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos). Ambos os valores foram empenhados no ano de 2011.

Esta obra foi concluída no mês de fevereiro/2012.

Foram beneficiadas, no ano de 2012, 243 (duzentos e quarenta e três) famílias.

Instalação e recuperação de sistemas de abastecimento de água em toda a área da SR-28/DFE (Restos a Pagar2011/2012/Empenhado 2011/2012)

Estas obras foram executadas pela Firma GEOBRASIL Ambiental LTDA e tiveram seu empenho de valor global igual a R$ 1.380.156,90 (um milhão trezentos e oitenta mil, cento e cinqüenta e seis reais e noventa centavos) efetivado no mês de dezembro/2011, mas a totalidade de suas obras foram realizadas e concluídas no ano de 2012.

No mês de dezembro/2012 tivemos a efetivação de um Termo Aditivo, cujo valor total de R$ 119.843,00 (cento e dezenove mil, oitocentos e quarenta e três reais) e corresponderá as obras que serão realizadas no ano de 2013.

Foram Beneficiadas, no ano de 2012, 1.326 (um mil trezentos e vinte e seis) famílias.

Obras executadas através de Convênios com Prefeituras Municipais

2.1) Convênio firmado em 22/10/2011, com a Prefeitura Municipal de Alvorada do Norte (GO), visando a complementação de estradas vicinais e implantação de sistemas de abastecimento de água nos Projetos de Assentamento Alvorada I e Alvorada II.

O valor pactuado inicialmente foi de R$ 1.200.210,74 (um milhão duzentos mil e duzentos e dez Reais e setenta e quatro centavos), para ser liberado em duas parcelas; sendo a primeira, após a assinatura do convênio.

Estas obras, portanto, foram incluídas em ñRestos a Pagarò.

Esclareço que a primeira parcela, só foi liberada, no dia 04/05/2012, com atraso de 194 (cento e noventa e quatro dias) corridos.

Desta forma, fica claro que estas obras, ainda em andamento, começaram a ser implantadas, no ano de 2012 e atingirão pelo menos até o mês de julho/2013.

O Prazo de vigência deste Convênio foi aditado, tendo atualmente seu término em 21/07/2013.

A Prefeitura Municipal de Alvorada do Norte deu entrada em pedido de implantação de Termo Aditivo de Valor, o que está sendo analisado pela SR-28/DFE.

O Convênio beneficiará 156 (cento e cinqüenta e seis) famílias.

2.2) Convênio firmado em 19/12/2011, com a Prefeitura Municipal de Cabeceiras (GO), visando a complementação de estradas vicinais nos Projetos de Assentamento Divisa Verde e Lagoa das Pedras.

O valor pactuado inicialmente foi de R$ 844.673,48 (oitocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e três reais e quarenta e oito centavos), para ser liberado em uma única parcela, após a assinatura do Convênio.

Estas obras, portanto, foram incluídas em Restos a Pagar, para execução no ano de 2012.

Esclareço que esta parcela só foi liberada no dia 15/06/2012, com atraso de 179 (cento e setenta e nove) dias corridos.

Desta forma, fica claro que estas obras, ainda em andamento, começaram a ser implantadas no ano de 2012 e atingirão pelo menos o mês de Agosto/2013.

O Prazo de vigência deste Convênio foi aditado, tendo atualmente seu término em 18/08/2013.

A Prefeitura Municipal de Cabeceiras deu entrada em pedido de Termo Aditivo de Valor, o que esta sendo analisado pela SR-28/DFE.

O Convênio beneficiará 56 (cinqüenta e seis) famílias.

2.3) Convênio firmado em 19/12/2011, com a Prefeitura Municipal de Padre Bernardo (GO), visando a implantação de sistemas de abastecimento de água nos Projetos de Assentamento Vereda II e Boa Vista.

O valor pactuado inicialmente foi de R$ 789.445,60 (setecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos), para ser liberado em uma única parcela, após a assinatura do Convênio.

Estas obras, portanto, foram incluídas em Restos a Pagar, para execução no ano de 2012.

Esclareço que esta parcela só foi liberada no dia 30/05/2012, com atraso de 163 (cento e sessenta e três) dias corridos.

Desta forma, fica claro que estas obras, ainda em andamento, começaram a ser implantadas no ano de 2012 e atingirão pelo menos o mês de Maio/2013.

O Prazo de Vigência deste Convênio foi aditado tendo atualmente seu término em 30/05/2013.

A Prefeitura Municipal de Padre Bernardo deu entrada em pedido de Termo Aditivo de Valor, o que esta sendo analisado pela SR-28/DFE.

O Convênio beneficiará 298 (duzentos e noventa e oito) famílias.

2.4) Convênio firmado em 13/12/2011 com a Prefeitura Municipal de Divinópolis (GO), visando a implantação de sistema de abastecimento de água e construção de uma ponte em concreto armado no Projeto de Assentamento Marcos Correia Lins.

O valor pactuado inicialmente foi de R$ 509.058,38 (quinhentos e nove mil e cinqüenta e oito reais e trinta e oito centavos), para ser liberado em uma única parcela, após a assinatura do Convênio.

Estas obras, portanto, foram incluídas em Restos a Pagar para execução no ano de 2012.

Esclareço que esta parcela foi liberada de acordo com as previsões do Convênio no dia 30/12/2011.

No entanto, como foi no último dia do ano de 2011, esta obra ainda em andamento, começou a ser implantada no ano de 2012 e atingirá certamente o mês de abril/2013.

O Prazo de vigência, oi aditado, tendo atualmente seu término em 12/04/2013.

A Prefeitura Municipal de Divinópolis deu entrada em pedido de Termo Aditivo de Valor, o que esta sendo analisado pela SR-28/DFE.

O Convênio beneficiará 150 (cento e cinqüenta) famílias.

2.5) Convênio firmado em 15/12/2010 com a Prefeitura Municipal de Buritis (MG), visando a construção de uma ponte em concreto armado e implantação de 45 (quarenta e cinco) cisternas em Projetos de Assentamento do Município de Buritis (MG).

O valor pactuado inicialmente foi de R$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil Reais), para ser liberado em uma única parcela, após a assinatura do Convênio.

Estas obras, portanto, foram incluídas em Restos a Pagar, para execução no ano de 2011.

Esclareço que atipicamente, esta parcela, só foi liberada, no dia 08/12/2011, praticamente um ano após a assinatura do Convênio, com atraso de 357 (trezentos e cinqüenta e sete) dias corridos.

Desta forma, esta obra, ainda em andamento, começou a ser implantada no ano de 2012 e atingirá certamente o mês de junho/2013.

O Prazo de Vigência foi aditado, tendo atualmente seu término em 05/06/2013.

Outro ponto a ressaltar, é o de que, como parte das obras dizem respeito à implantação de poços, tipo cisternas, os mesmos só podem ser implantados entre os meses de julho/novembro, de cada ano, dificultando assim o cumprimento do Objeto do Convênio.

O Convênio beneficiará 550 (quinhentos e cinqüenta) famílias.

2.6) Convênio firmado em 12/06/2012, com a Prefeitura Municipal de Mambaí (GO), visando a complementação de estradas vicinais,nos Projetos de Assentamento Mambaí, Capim de Cheiro e Paraná.

O valor pactuado inicialmente foi de R$ 1.850.000,00 (hum milhão, oitocentos e cinqüenta mil Reais), para ser liberado em duas parcelas, sendo a primeira após a assinatura do Convênio.

A primeira liberação prevista, no valor de R$ 1.005.090,00 (hum milhão e cinco mil e noventa reais), foi efetuada em 26/06/2012.

Dentro do ano de 2012, a prefeitura Municipal de Mambaí, executou o processo licitatório; o qual até a presente data (21/03/2013), ainda não foi concluído.

Houve problemas e o mesmo, encontra-se na justiça para a deliberação final.

Com estes acontecimentos, a obra não foi iniciada, encontra-se totalmente paralisada; sendo que os recursos da segunda parcela encontram-se bloqueados.

Entendemos que, devemos aguardar os resultados jurídicos deste pleito.

Estas obras entraram em Restos a Pagar, para execução no ano de 2013.

O Prazo de Vigência destas obras foi prorrogada até a data de 31/12/2013.

Este Convênio poderá vir a beneficiar 166 (cento e sessenta e seis) famílias.

De uma maneira geral, podemos notar que as obras realizadas, com recursos do próprio ano de 2012, são praticamente nulas.

A grande quantidade de famílias atendidas foi favorecida com recursos recebidos, no ano de 2011.

Isto vem acontecendo quase sempre, pois os recursos financeiros geralmente são destinados nos últimos três meses de cada ano.

Salientamos, no entanto, que, nunca tivemos valores destinados que pudessem suprir sequer, 50%,(cinqüenta por cento) dos valores realmente necessários a cada ano.

Outro ponto a ressaltar, é a grande falta de pessoal técnico para a execução das metas necessárias, encontrando-se o INCRA muito defasado em seus recursos humanos necessários.

Informamos ainda que com o advento do Sistema SICONV, para elaboração e execução de Convênios, tivemos um grande aumento de qualidade técnica nestas ações.

Entendo e reconheço a qualidade deste Sistema, mas também estou visualizando na prática, a enorme dificuldade de implementação do mesmo a nível municipal.

Principalmente o encaminhamento de prestações de contas, por parte das Prefeituras Municipais, praticamente estamos com as finalizações de Convênios nulas.

As prefeituras Municipais, para conseguirem atender prazos estipulados no SICONV, estão tendo que recorrerem a profissionais qualificados, o que são poucos, gerando altos custos, para as mesmas.

Em contra partida, a análise destas prestações de contas, também estão sendo retardadas, por falta de profissionais das áreas próprias.

Quadro A.4.4. 1.13 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 8398

Identificação da Ação	
Código	8398
Descrição	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento
Iniciativa	01EU
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Quadro A.4.4. 1.14 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 2B06

Identificação da Ação	
Código	2B06
Descrição	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária
Iniciativa	01EU
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado	Assentamento	1	0	10.000,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado**	0	2.264,88	2.264,88	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

A semelhança do que ocorreu em anos anteriores, devido à falta de capacidade operacional, o serviço de meio ambiente concentrou seus esforços em outras ações, especialmente na obtenção do licenciamento e na conclusão do Plano de Ação para regularização ambiental dos assentamentos de Goiás. Também não houve liberação ou execução financeira, e os RAPs inscritos foram cancelados. Portanto, não houve execução física nem financeira para essa ação. Não obstante, essa ação precisa receber maior atenção nos próximos anos. Porém, isso só será possível a partir de uma reestruturação da força de trabalho da Superintendência.

Quadro A.4.4. 1.15 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 4320

Identificação da Ação	
Código	4320
Descrição	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol
Iniciativa	01EU
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Quadro A.4.4. 1.16 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 4358

Identificação da Ação	
Código	4358
Descrição	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento
Iniciativa	01EU
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
50.000,00	49.992,70	49.992,70	0,00	0,00	49.992,70

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido	Documento	638	732	50.000,00	49.992,70

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido*	0	1.852,31	566,23	1.286,08	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A meta realizada foi 114,73% (cento e quatorze por cento) acima da prevista devido a demanda de títulos de concessão de uso a serem emitidos na SR.

Quanto à emissão de títulos definitivos não foi possível, pois quando os beneficiários estão tendo acesso aos valores a serem pagos passam a não querer, pois não possuem capacidade de pagamento, devido à valorização das terras.

O recurso foi utilizado para liquidar as diárias e deslocamentos de servidores necessário para a realização de pauta de valores, vistorias para liberação de cláusulas resolutivas e o trabalho de retomada de parcelas.

Quadro A.4.4. 1.18 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 8374

Identificação da Ação	
Código	8374
Descrição	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária
Iniciativa	01EU
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
42.651,04	42.651,04	42.183,04	0,00	468,00	42.183,04

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado	Assentamento	9	28	50.369,00	42.183,04

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado*	0	13.743,91	9.613,59	4.130,32	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Verifica-se que a meta física executada correspondeu a 311% da meta física prevista, apesar de não ter onerado a execução financeira, que ficou dentro do limite previsto. Convém ressaltar, que houve uma superação no número de licenças protocoladas, que correspondeu a 28 (vinte e oito) pedidos de licenciamento executados, contra nove (9) previstos, mas também houve um resultado muito positivo, no sentido de que das 28 licenças protocoladas, 26 foram obtidas 26 (vinte e seis), sendo que destas, 25 (vinte e cinco) são AAFs ï Autorizações Ambientais de Funcionamento, as quais substituem (ou dispensam) as LIOs ï Licenças de Instalação e Operação ou as LOCs ï Licenças de Operação Corretiva, em Minas Gerais, que em geral são mais complexas, onerosas e difíceis de serem obtidas. Outro fato que também merece ser comentado, e que não aparece nas metas físicas, mas que corrobora ao excelente resultado obtido no campo da regularização ambiental da Superintendência, diz respeito à conclusão do Plano de Ação para regularização dos assentamentos criados pelo Incra em Goiás, e que se encontram sob jurisdição desta Superintendência, realizado no âmbito de um Grupo de Trabalho instituído pelo Termo de Cooperação Técnica (GT/TCT) com a participação de vários órgãos, tais como o IBAMA-GO, o Ministério Público de Goiás, e a SEMARH, além das superintendências do INCRA no Entorno do DF e em Goiânia. A execução dessa meta, na proporção em que foi realizada foi um dos mais importantes avanços da Superintendência no exercício de 2012, com impactos substantivos e diretos de curto, médio e longo prazo, tendo em vista a regularização perante os órgãos ambientais e de controle, e o desembaraçar do desenvolvimento dos assentamentos onde havia muitas demandas reprimidas por falta de licenciamento ambiental.

O Quadro 4.18.A contém a relação dos imóveis/assentamentos que tiveram os pedidos de licença protocolados e também aqueles que foram expedidos no ano de 2012, com as respectivas datas.

Quadro 4.18.A - Licenças Protocoladas expedidas em 2012

	PA/Imóvel	Tipo	Município (GO)	Data do Protocolo	Emissão da Licença	Validade da Licença
1	José Ribamar	AAF	Unaí - MG	15/02/12	15/02/12	15/02/16
2	Nelson Mandela	AAF	Buritis - MG	15/02/12	15/02/12	15/02/16
3	Quilombo dos Palmares	AAF	Buritis - MG	15/02/12	15/02/12	15/02/16
4	Riacho do Mato	LP	Flores - GO	mar/12	-	-
5	Vazante	AAF	Unaí - MG	13/03/12	13/03/12	13/03/16
6	Oziel Alves/Pipiripau	LP	Planaltina - DF	mai/12	21/12/12	21/12/15
7	Canabrava	AAF	Unaí - MG	31/08/12	31/08/12	31/08/16
8	Hugo Erédia	LP	Buritis - MG	set/12	-	-
9	Campo Verde	AAF	Unaí - MG	26/09/12	26/09/12	26/09/16
10	Nova Califórnia	AAF	Unaí - MG	26/09/12	26/09/12	26/09/16
11	Santa Mônica	AAF	Buritis - MG	26/09/12	26/09/12	26/09/16
12	Elias Alves Cambauba	AAF	Unaí - MG	10/10/12	10/10/12	10/10/16
13	Santa Clara Furadinho	AAF	Unaí - MG	20/11/12	20/11/12	21/11/16
14	União	AAF	Buritis - MG	20/11/12	20/11/12	20/11/16
15	Roseli Nunes	AAF	Buritis - MG	20/11/12	20/11/12	20/11/16
16	Rancharia	AAF	Arinos - MG	27/11/12	27/11/12	27/11/16
17	Unidos Venceremos	AAF	Buritis - MG	27/11/12	27/11/12	27/11/16
18	Vida Nova	AAF	Buritis - MG	27/11/12	27/11/12	27/11/16
19	Vanderli Ribeiro	AAF	Buritis - MG	28/11/12	28/11/12	28/11/16
20	Mãe das Conquistas	AAF	Buritis - MG	28/11/12	28/11/12	28/11/16
21	Cristo Redentor	AAF	Buritis - MG	28/11/12	07/12/12	28/11/16
22	Cristo Rei	AAF	Buritis - MG	07/12/12	07/12/12	07/12/16
23	Gado Bravo	AAF	Buritis - MG	07/12/12	07/12/12	07/12/16
24	Luz da Esperança	AAF	Buritis - MG	07/12/12	07/12/12	07/12/16
25	Palmeira/Gado Bravo	AAF	Buritis - MG	07/12/12	07/12/12	07/12/16
26	Vila Rosa	AAF	Buritis - MG	07/12/12	07/12/12	07/12/16
27	Estrela Guia	AAF	Buritis - MG	10/12/12	10/12/12	10/12/16
28	Nova Itália	AAF	Buritis - MG	10/12/12	10/12/12	10/12/16

Essa superação significativa das metas estabelecidas foi possível devido a uma série de eventos conjugados. Em primeiro lugar, devem ser destacados os procedimentos e ações realizadas ou iniciadas ainda no ano anterior. Nesse sentido, foi de salutar importância, a gestão realizada pela

Superintendência junto ao Ministério Público, que peticionou ao Juiz a reformulação da sentença liminar prolatada pelo Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, no âmbito da Ação Civil Pública de No. 0024.11.044610-1, que impedia a obtenção de Autorizações Ambientais de Funcionamento para empreendimentos agropecuários em Minas Gerais. A sentença foi reformulada de forma a excluir da liminar, as áreas dos assentamentos, que então ficaram desembaraçadas.

Outro fato, foi a contratação de estudos ambientais no âmbito dos serviços de ATES - Assistência Técnica e Extensão Rural e Social, que também são responsáveis pela elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos ï PDAs e Planos de Recuperação dos Assentamentos- PRAs, e se constituem nas principais peças técnicas para pedido de licenciamento. Apesar disso, a contribuição das entidades de ATES ainda ficou aquém do esperado, uma vez que nem todas executaram os trabalhos a contento, o que ensejou, inclusive, o cancelamento de alguns contratos. Nesse contexto, tendo em vista a grande dificuldade operacional da superintendência, foi de grade ajuda, a iniciativa de alguns assentamentos, que contrataram, de forma particular, alguns estudos necessários para obtenção das AAFs, e entregaram as peças técnicas ao INCRA, que então providenciou o pagamento das taxas de licenciamento e o restante da documentação. No Distrito Federal, a Secretaria de Agricultura também contribuiu, disponibilizando um técnico, que confeccionou o Relatório de Viabilidade Ambiental para obtenção da Licença Prévia de um Assentamento que estava irregular.

Vale ainda ressaltar que praticamente todo avanço obtido se deu em Minas Gerais, junto à SUPRAM ï Superintendência de Regularização Ambiental de Minas Gerais, em razão da possibilidade de obtenção das AAFs em lugar das LIOs e LOCs, o que resulta num procedimento bem mais simples, e que permite, inclusive, a celebração de termos de compromisso com prazo de dois (2) anos para averbação posterior das reservas legais.

Uma questão que deve ser muito bem considerada no que concerne às novas ações a serem realizadas pelo INCRA, e que estarão intimamente relacionadas com o licenciamento, mas que não são expressos em metas físicas, diz respeito às ações para obtenção de outorga de recursos hídricos, averbação de reserva legal, cercamento de reservas e áreas de preservação permanente, recuperação e áreas degradadas, e a gestão de efluentes líquidos e de resíduos sólidos. Também haverá uma grade demanda de recursos para regularização dessas questões ambientais.

O Quadro 4.18.B demonstra a discriminação das despesas, onde os recursos foram empregados.

Quadro 4.16.B ï Natureza das despezas relativas à Ação 8374 ï Licenciamento Ambiental.

Natureza da Despesa		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	5.065,77	5.065,77	5.065,77	
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.700,00	1.700,00	1.700,00	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.700,00	1.232,00	1.232,00	468,00
339039	OUTROS SERV. TERCEIROS -PESSOA JURIDICA	1.700,00	1.700,00	1.700,00	
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	32.485,27	32.485,27	32.485,27	

Fonte: SIAFI, 28/01/2013.

Observa-se que a maior parte dos recursos utilizados nessa Ação 8374 correspondem a obrigações tributárias e contributivas, que em geral estão relacionadas ao pagamento de taxas de licenciamento e ARTs. Convém ressaltar que o recurso empregado somente foi suficiente porque, as taxas para obtenção de AAFs são pouco onerosas, comparadas às taxas para obtenção de licença prévia e licença de instalação e operação. A medida que se avançar sobre os licenciamentos dos

assentamentos não são passíveis de AAF e obtenção de outorgas em Minas Gerais, e também em Goiás e Distrito Federal, haverá demanda bem maior de recurso para essa despesa. As despesas com diária foram realizadas para obtenção de documentos, especialmente certidões de registro junto aos cartórios, bem como para diligências junto aos órgãos ambientais, e também para a realização de reuniões visando ao fechamento do Plano de Ação para regularização dos assentamentos de Goiás, junto ao Ministério Público Federal em Goiânia. O mesmo se dá em relação às despesas relativas a material de consumo, que se refere às despesas com combustível para as viagens dos servidores responsáveis por essas diligências. As despesas relativas ao elemento 339039 ï Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica foram executadas em forma de rateio para custear despesas com a manutenção de veículos, enquanto que as despesas com o elemento 339033 referem-se à despesas com locação de veículo. Esses dois últimos elementos de despesa foram utilizados, tanto nessa ação, como também em outras ações, e até mesmo, outros programas desenvolvidos pela Superintendência, pois não há como fazer a separação. Trata-se da manutenção de uma frota em quantidade e qualidade suficiente em condições de atender às diversas demandas da Superintendência.

Com relação aos RAPs inscritos em 2011 (R$ 13.743,91), os valores executados em 2012 (R$ 4.130,32) também são referentes ao elemento de despesa 339039 ï Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica, e correspondem ao rateio para pagamento de despesas com a manutenção de veículos, cujo impacto desses recursos na execução da meta física é indireto, vez que se trata da manutenção da frota da superintendência.

Quadro A.4.4. 1.19 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 4474

Identificação da Ação	
Código	4474
Descrição	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)
Iniciativa	01F1
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Trabalhador Rural Escolarizado	Trabalhador	339	600	339.070,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador Rural Escolarizado**	600	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

O Curso de Escolarização e Alfabetização para 600 jovens e adultos em nível fundamental no 1º e 2º segmento na modalidade de Educação de Jovens e Adultos ï EJA, celebrado entre o INCRA/Sede e a Universidade de Brasília ï UNB, por meio de Destaque, custo total inicial foi de R$ 1.080.000,00(um milhão e oitenta mil reais).A primeira parcela de recurso no valor de R$ 11.785,00 (onze mil, setecentos e oitenta e cinco reais) foi repassado a Instituição de ensino na nota de crédito 2011NC008525. Foi assinado Termo Aditivo ï DOU 27/11/2012 - para oficializar o Plano de trabalho modificado no sentido de adequar o valor aluno ano de acordo com a norma de execução nº 101/2012 e manual do Pronera capítulo 09,.alterando o montante inicial para R$ 1.620.000,00 (um milhão e seiscentos e vinte mil reais). A segunda parcela no valor de R$ 403.600,97 foi repassada na nota de crédito 2012NC005280.

Quadro A.4.4. 1.20 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 6952

Identificação da Ação	
Código	6952
Descrição	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social
Iniciativa	01F1
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.000,00	5.314,00	5.314,00	0,00	0,00	5.314,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	0,00	0	0,00	5.314,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado**	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

- Ação 6952 ï A utilização do recurso descentralizado de R$ 5.314,00(cinco mil, trezentos e quatorze reais) foi empregado com diária e combustível, em visitas em sala de aulas do Pronera nos PAôS, e abastecimento da viatura oficial com motorista para deslocamento.

Quadro A.4.4. 1.21 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 8370

Identificação da Ação	
Código	8370
Descrição	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária
Iniciativa	01F1
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
165.240,00	22.503,47	22.503,47	0,00	0,00	22.503,47

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	50	90	418.510,00	22.503,47

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado**	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

O curso Técnico Profissionalizante em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, para formação de 40 educandos(as), firmado entre o INCRA/sede e o Instituto Federal de Brasília, por meio de Destaque, teve seu inicio em maio de 2011 com presciência de termino para maio de 2013. Custo total de R$ 320.000,00(trezentos e vinte mil reais). A primeira parcela de recurso foi repassada a Instituição de ensino no mês de maio/2011 o valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), nota de crédito 2011NC2159. A segunda parcela prevista para 2012 no valor de R$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), não ocorreu por conta da solicitação da Instituição alegando a greve dos servidores do IFB e dos servidores do INCRA, o recurso sairia tardio e não teriam condições de utilizar todo o recurso no tempo hábil. Dos 40 educandos(as) inicialmente matriculados, apenas 35 educandos(as) permanecem em sala de aula.

O curso de especialização em linguagem para aperfeiçoamento e aprofundamento dos processos formativos de educadores das escolas no campo para 50(cinqüenta) educandos(as), firmado entre o INCRA/sede e a UnB, por meio de Destaque com custo total de R$ 518.250,00(quinhentos e dezoito mil e duzentos e cinqüenta reais), iniciando os trabalhos no mês de janeiro/2012. A primeira parcela de recurso foi repassada para a instituição de ensino no mês de dezembro/2011 no valor de 169.000,00(cento e sessenta e nove mil reais), nota de crédito 2011NC008250, quando aconteceu a realização da primeira etapa do curso. No mês de abril/2012 foi repassada a segunda parcela no valor de R$ 253.270,00 (duzentos e cinqüenta e três mil duzentos e setenta reais), nota de Crédito 2012NC002220 e gasto quase em sua totalidade. Sendo devolvido apenas R$ 19.540,00, nos elementos de despesas 33.90.14 no

valor de R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) e na 33.90.30 no valor de R$ 11.040,00 (onze mil e quarenta reais).

➢O motivo da devolução de recurso ocorreu por impossibilidade de se executar os serviços por parte da proponente, uma vez que a Lei Orçamentária impede a utilização dos recursos do ano de 2012, para serem utilizados no ano seguinte.Dos 50 educandos(as) inicialmente matriculados, apenas 41 educandos(as) permanecem em sala de aula.

➢A utilização do recurso descentralizado de R$ 22.503,47(Vinte quinhentos e três reais e quarenta e sete centavos) foi empregado com diária para os servidores, bem como o combustível para as viaturas. O objetivo das viagens em campo foi no sentido de providenciar às inscrições dos artesãos que participaram da VIII feira de Agricultura Familiar no Estado do Rio de Janeiro no período de 20 a 25/11/2012. Os deslocamentos se deram também para comunicar aos participantes o período de viagem, data para buscar o material que seria exposto na feira para ser entregue na transportadora e fazer a entrega dos tiks de viagem para o deslocamento dos artesãos. E por fim, o retorno dos materiais que restaram ao assentamento.

4.1.4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 ï Agricultura Familiar

Quadro A.4.4.2.1 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 4470

Identificação da Ação	
Código	4470
Descrição	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados
Iniciativa	01CB
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.645.448,00	2.580.299,03	645.833,54	0,00	1.934.465,49	645.833,54

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida	Família	2.348	3140	2.423.448,00	645.833,54

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida**	7817	9.684.478,50	0,00	3.693.443,98	5.991.044,52

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Sobre a execução da meta física constata-se um incremento, na ordem de 133% (cento e trinta e três por cento) em relação à meta prevista na Programação Operacional, pois foram contratas empresas para mais lotes da chamada pública.

Em 2012 os contratos de ATES beneficiavam 7.817 famílias. Em função da baixa execução das metas pactuadas com algumas Entidades, abaixo relacionadas, não foram prorrogados os seguintes contratos, impactando na redução de 4.677 famílias assistidas e por conseqüência o desempenho orçamentário e financeiro apresenta valores elevados em restos a pagar. No final do exercício o quadro geral de atendimento contemplava 3.140 famílias nos lotes contratados.

Empresa	Nº do contrato	Nº de famílias	RAP a cancelar R$
COOPERAR	4/2011	718	437.747,90
COOPERAR	5/2011	962	764.917,13
COOPERAR	7/2011	441	236.084,54
INFC	10/2011	584	574.254,41
INFC	11/2011	551	577.348,26

INFC	12/2011	746	802.253,33
INFC	13/2011	675	770.110,69
Total	**-**	**4.677**	**4.162.716,26**

Quadro A.4.4.2.2 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 4448

Identificação da Ação	
Código	4448
Descrição	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural
Iniciativa	01CB
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Agente Formado	Agente				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Agente Formado**					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

4.1.4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Quadro A.4.4.3.1 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 0859

Identificação da Ação	
Código	0859
Descrição	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos
Iniciativa	047A
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.020.904,82	6.020.904,82	0,00	0,00	6.020.904,82	0,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha	6.021	0	6.020.905,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada*	0	609.789,08	0,00	0,00	609.789,08

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4.3.2 ï Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ï Ação 20T1

Identificação da Ação	
Código	20T1
Descrição	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas
Iniciativa	047A
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
67.790,00	20.000,00	5.000,00	0,00	15.000,00	5.000,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Reconhecida	Ha	169	0	67.790,00	5.000,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Reconhecida*	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.5 ï Programa de Governo constante do PPA ï Programa 2120

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2120				
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.554.908,57	4.538.340,76	3.917.487,12	0,00	620.853,64	3.917.487,12

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

Metas alcançadas com mudança para sede própria com instalações adequadas que atendem as necessidades dos servidores e colaboradores desta UJ.

Quanto aos Restos a Pagar devido a liberação do recurso apenas ocorrer no encerramento do exercício compromete a liquidação das despesas que passam para o exercício posterior.

4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6.1 ï Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ ï Ação 2000

Identificação da Ação	
Código	2000
Descrição	Administração da Unidade
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.181.310,44	4.172.457,43	3.571.809,19	0,00	600.648,24	3.571.809,19

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Administração da unidade	-	-	-	3.886.667,00	3.571.809,19

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

Quadro A.4.6.2 ï Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ ï Ação 4572

Identificação da Ação	
Código	4572
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
14.937,85	14.065,40	7.671,00	0,00	6.394,40	7.671,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor	18	11	15.485,00	7.671,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.6.3 ï Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ ï Ação 2103

Identificação da Ação	
Código	2103
Descrição	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
355.059,11	348.216,76	334.405,76	0,00	13.811,00	334.405,76

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
3	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	-	-	-	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

4.2Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 ï Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
	99999	999999
	99999	999999

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.4.8 ï Programação de Despesas Correntes

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 ï Pessoal e Encargos Sociais		2 ï Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.4.9 ï Programação de Despesas de Capital

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 ï Investimentos		5 ï Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.10 ï Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 ï Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

4.2.2.4 Análise Crítica

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

4.2.3 Programação de Despesas

Quadro A.4.11 ï Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 ï Pessoal e Encargos Sociais	2 ï Juros e Encargos da Dívida	3 ï Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	133088	21122212020TP0001	3.601,17	-	-
		373001	133088	21121212021030001	-	-	352.059,11
		373001	133088	21122212020000001	-	-	3.286.093,76
		373001	133088	21125206621050001	-	-	24.160,00
		373001	133088	21127203420T10001	-	-	67.790,00
		373001	133088	21127206621100001	-	-	37.700,00
		373001	133088	21127206644260001	-	-	63.250,00
		373001	133088	21128212045720001	-	-	14.937,85
		373001	133088	21363206669520001	-	-	7.000,00
		373001	133088	21363206683700001	-	-	165.240,00
		373001	133088	21606201244700001	-	-	2.645.448,00
		373001	133088	21631206620S70001	-	-	341.500,00
		373001	133088	21631206643580001	-	-	50.000,00
		373001	133088	21631206683740001	-	-	45.000,00
		373001	133088	21631206683840001	-	-	90.135,00
		373001	133088	21631206683870001	-	-	414.746,35
		373001	133088	21631206683960001	-	-	138.480,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		

		Concedente	Recebedora		4 ï Investimentos	5 ï Inversões Financeiras	6 ï Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	133088	-	3.000,00	-	-
		373001	133088	-	895.216,68	-	-
		373001	133088	-	1.914.343,00	-	-
		373001	133088	21631203408590001	-	6.020.904,82	-
		373001	133088	21631206604270001	-	40.278.458,00	-
		373001	133088	21631206644600001	-	941.045,84	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação ï Créditos Originários

Quadro A.4.12 ï Despesas por Modalidade de Contratação ï Créditos Originários

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa				
h) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)				

Fonte: Siafi

- ***Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.***

4.2.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa ï Créditos Originários

Quadro A.4.13 ï Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ï créditos originários

Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	***Empenhada***		***Liquidada***		***RP não processados***		***Valores Pagos***	
1. Despesas de Pessoal	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								

1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação ï Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 ï Despesas por Modalidade de Contratação ï Créditos de movimentação

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**3.351.361,55**	**7.735.556,65**	**3.351.361,55**	3.909.118,79
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	2.156.741,35	0,00	372.540,29
c) Concorrência	0,00	1.466.256,66	0,00	0,00
d) Pregão	3.351.361,55	4.112.558,64	3.351.361,55	3.536.578,50
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	**1.573.093,77**	**11.905.251.91**	**1.573.093,77**	**1.998.578,58**
g) Dispensa	1.476.759,43	11.779.184,80	1.476.759,43	1.885.881,97
h) Inexigibilidade	96.334,34	126.067,11	96.334,34	112.696,61
3. Regime de Execução Especial	**46.023,09**	**61.584,94**	**46.023,09**	**61.274,63**
i) Suprimento de Fundos	46.023,09	61.584,94	46.023,09	61.274,63
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
j) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Outros	4.422.200,26	0,00	4.420.992,67	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	**9.392.678,67**	**19.702.393,50**	**9.391.471,08**	**5.968.972,00**

Fonte: SIAFI

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa ï Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 ï Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ï Créditos de Movimentação

Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	***Empenhada***		***Liquidada***		***RP não processados***		***Valores Pagos***	
1 – Despesas de Pessoal	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***
Nome 1º elemento de despesa	3.601,17	0,00	3.601,17	0,00	0,00	0,00	3.601,17	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	**7.581.713,77**	**17.166.522,47**	**5.350.871,12**	**17.166.522,47**	**2.231.494,71**	**0,00**	**5.349.663,53**	**6.662.240,50**
1º elemento de despesa	3.103.630,32	1.905.704,20	1.128.643,35	1.905.704,20	1.974.986,97	0,00	1.128.643,35	1.713.444,83
2º elemento de despesa	1.931.274,91	11.839.919,98	1.832.746,95	11.839.919,98	98.527,96	0,00	1.832.746,95	1.778.446,56
3º elemento de despesa	833.232,44	934.307,69	715.942,25	934.307,69	117.942,25	0,00	715.942,25	932.608,68
Demais elementos do grupo	1.713.576,10	2.486.590,60	1.673.538,57	2.486.590,60	40.037,53	0,00	1.672.330,98	2.237.740,43
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4 ï Investimentos	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***

1º elemento de despesa	1.794.500,00	3.622.998,01	1.005.090,00	3.622.998,01	789.410,00	0,00	1.005.090,00	372.540,29
2º elemento de despesa	879.799,45	5.140,40	506.893,20	5.140,40	372.906,25	0,00	506.893,20	5.140,40
3º elemento de despesa	149.457,35	0,00	14.824,35	0,00	134.633,00	0,00	14.824,35	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	3.260.762,25	0,00	3.260.762,25	0,00	0,00	0,00	490.000,00
5 ï Inversões Financeiras	**47.209.950,66**	**42.660.787,57**	**2.515.000,00**	**42.660.787,57**	**44.694.950,66**	**0,00**	**2.515.000,00**	**21.794.524,04**
1º elemento de despesa	40.248.000,00	23.081.387,57	2.515.000,00	23.081.387,57	37.733.000,00	0,00	2.515.000,00	15.059.524,04
2º elemento de despesa	6.961.950,66	19.579.400,00	0,00	19.579.400,00	6.961.950,66	0,00	0,00	6.735.000,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 ï Amortização da Dívida	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

1 ï Despesas de Pessoal
1º Elemento de Despesa: 08 ï Outros Benefícios Assistenciais
3 ï Outras Despesas Correntes
1º Elemento de Despesa: 39 ï Outros serviços de terceiros ï Pessoa Jurídica
2º Elemento de Despesa: 37 ï Locação de Mão-de-Obra
3º Elemento de Despesa: 30 ï Material de Consumo
4 ï Investimentos
1º Elemento de Despesa: 41 ï Contribuições ï Fundo a Fundo
2º Elemento de Despesa: 52 ï Equip. e Material Permanente
3º Elemento de Despesa: 51 ï Obras e Instalações

5 ï Inversões Financeiras
1º Elemento de Despesa: 66 ï Concessão de Empréstimos e Financiamentos
2º Elemento de Despesa: 61 ï Aquisição de Imóveis

4.2.4.2.3 Análise Crítica

Devido os contratos firmados na chamada publica registrados como dispensa licitação enquadrada no art.24 inciso XXX da Lei nº 8.666/93, que acarretou o aumento nos montantes quanto a dispensa de licitação.

Apesar do contingenciamento pelo Orçamento da União, não houve efeito na gestão orçamentária desta UJ, uma vez que, a SR-28/DFE mudou sua localização de um prédio alugado para uma sede própria, sedo que, teve maior descentralização de recurso, para atender a logístico da nova sede.

Podemos entender como ponto negativo o grande *Déficit* em Recursos Humanos desta UJ, como podemos pontuar a falta de um contador para analise das prestações de contas.

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	**Denominação**				
Linha Detalhe					
UG	**Credor (CNPJ/CPF)**	**Saldo Final em 31/12/2011**	**Movimento Devedor**	**Movimento Credor**	**Saldo Final em 31/12/2012**
Razões e Justificativas:					
Fonte:					

5.1.2 Análise Crítica

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	42.312,73	1.699,01	40.613,72	0,00
2010	365.686,37	2.682,26	363.004,11	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	37.349.452,74	128.665,79	23.486.193,02	13.734.593,93
2010	19.776.011,56	756.720,37	19.019.291,19	0,00
...				

Fonte: Siafi

5.2.2 Análise Crítica

1) Com o foco na evolução de pagamento essa UJ ficou prejudicada devido a não liberação de recursos financeiros suficientes para quitações dos atuais RP.

2) Comprometimento do recurso planejado em curso que impactaram sobre o financeiro do exercício de 2012.

3) Devido o grande montante de despesas que passaram para o exercício de referencia ï como resto a pagar devido despesas que ainda dependem da entrega,dos bens ou serviços, o não cumprimento do objetos dos contratos, contratos prorrogados que não tiveram a conclusão dos serviços, as indenizações de benfeitorias, sobras de TDAS, créditos instalação habitação e pagamentos de terra nua

4)Em 2012 os contratos de ates em função da baixa execução das metas pactuadas com algumas entidades, no qual não foram prorrogados impactando na redução famílias assistidas e por conseqüência o desempenho e financeiro apresenta valores elevados em restos a pagar. Remarcando também que quanto aos créditos de instalação, registrados em restos apagar se deu em razão da SEDE do INCRA, não ter descentralizado recurso financeiro especializado que serve unicamente para pagamento de credito.

5) Quanto ao compromissos efetuados pela Administração Pública que foram empenhados durante o exercício, mas acabaram não sendo pagos até o encerramento do ano, que devido o montante em restos a pagar serem das áreas finalistica, está área não observou em seu contexto pontos negativos e positivos quanto ao RP.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Com relação a resposta a ser dada neste item, informo, que os dados estão inseridos na penúltima pagina deste RG com a seguinte identificação: ñAnexos: Quadro A.5.3-Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referênciaò.

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 ï Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO-SR28/DFE**					
CNPJ:	**02.360.944/0001-03**					
UG/GESTÃO:	**373001/37201**					
Modalidade	**Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício**			**Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R$ 1,00)**		
	2012	**2011**	**2010**	**2012**	**2011**	**2010**
Convênio	**1**	**4**	**4**	**2.074.500,00**	**2.980.762,25**	**5.957.461,17**
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação			**1***			**749.797,41**
Termo de Compromisso						
Totais	**1**	**4**	**5**	**2.074.500,00**	**2.980.762,25**	**6.707.258,58**

Fonte:

***** Termo de Parceria:
Termo de repasse e termo de cooperação = Entidade Mãe para outra entidade Mãe (Ex.: Ministério para Sede, depois que a Sede passa para as Autarquias (SR-28) que vai executar).
Termo de compromisso = Descentralização da verba pública. Ex.: SR-28 repassar o dinheiro para Prefeitura (entidades).

5.3.3 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.5 ï Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO-SR28/DFE					
CNPJ: 02.360.944/0001-03		**UG/GESTÃO:**			
Modalidade	**Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes**	**Valores (R$ 1,00)**			**% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012**
		Contratados	**Repassados até 2012**	**Previstos para 2013**	
Convênio	6	7.205.026,52	7.205.026,52	0,00	100%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	1	749.797,41	749.797,41	0,00	100%
Termo de Compromisso					
Totais	**7**	**7.954.823,93**	**7.954.823,93**	**0,00**	**100%**

Fonte: SIAFI e SICONV

5.3.4 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.6 ï Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO-SR28/DFE					
CNPJ: 02.360.944/0001-03	**UG/GESTÃO: 133088**				
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montante Repassados**		**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	**Termo de Cooperação**	**Contratos de Repasse**
2012	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	2		
		Montante Repassado	1.953.170,00		
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	1	1	
		Montante Repassado	661.626,00	749.797,41	
2011	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	1		
		Montante Repassado	560.000,00		
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	0		
		Montante Repassado	0,00		
2010	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	2		
		Montante Repassado	1.692.727,59		
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	0		
		Montante Repassado	0,00		
Anteriores a 2010	**Contas NÃO Prestadas**	**Quantidade**	0		
		Montante Repassado	0,00		
Fonte: SIAFI e SICONV					

5.3.5 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO-SR28/DFE					
CNPJ: 02.360.944/0001-03	**UG/GESTÃO: 133088**				
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montantes Repassados**			**Instrumentos**	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2012	Quantidade de Contas Prestadas			0	
	Com Prazo de Análise ainda **não Vencido**	Quantidade	Contas Analisadas	0	
			Contas Não Analisadas	0	
		Montante Repassado (R$)		0	
	Com Prazo de Análise V**encido**	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	3	
			Montante Repassado (R$)	2.614.796,00	
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas		Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	1	
			Montante repassado (R$)	560.000,00	
2010	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	2	
			Montante Repassado	1692727,59	
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	20	
			Montante Repassado	8.200.228,67	
Fonte: SIAFI e SICONV					

5.3.6 Análise Crítica

As transferências realizadas pela Superintendência Regionais SR-28/DFE, contemplam os convênios celebrados no exercício de 2012 e anteriores, visualizando o quadro A.5.3., cinco convênios aguarda análise de prestação de contas, com prazo de análises vencidas, devido à falta de pessoal nas diversas fases do processo, ou seja, pela falta de capacitação nas diversas fases inclusive operacionalizar o SICONV, há atraso nas análises, por conseqüência não há nenhum em inadimplência.

Em referencia ao convênio 702429, cabe ressaltar que se trata de um-DISTRATO, e que não houve repasse de recursos, e o de nº 769468 o valor de R$ 1.794.500,00(um milhão setecentos e noventa e quatro mil e quinhentos reais) refere-se ao que foi empenhado, o valor pago em 2012 é de R$ 1.005.090,00.

Quanto às transferências dos últimos três exercícios verifica-se uma significativa oscilação de valores ocasionados pela falta de disponibilização de recursos financeiros, portanto não houve evolução nas transferências.

Em relação às medidas adotadas em 2012, as transferências estão sendo geridas no sistema SICONV e estão de acordo com as normas legais.

Para análise das prestações de contas expiradas até 2012, essa Superintendência vem adotando medidas cabíveis definidos pela legislação, e em atenção ao MEMO/Nº 09/DAA 2.2 referente Acórdão/TCU/578/10, para eliminar o estoque de passivos regidos pela IN/01/97.

Quanto à estrutura ressalta-se que a insuficiência de pessoal e recursos financeiros dificulta a fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos ï Visão Geral

Quadro A.5.8 ï Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo ñBò	CPGF		
			Saque	Fatura	
133088	INCRA SR-28/DFE	0,00	0,00	45.067,84	45.067,84
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	0,00	0,00	45.067,84	45.067,84

5.4.1.2 Suprimento de Fundos ï Conta Tipo B

Quadro A.5.9 ï Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo ñBò)

Valores em R$ 1,00

Código da UG 1			Nome da UG					
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		N°	Data	ND				
				Total Utilizado pela UG				
Código da UG 2			Nome da UG					
				Total Utilizado pela UG				
				Total Utilizado pela UJ				

Fonte:

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

5.4.1.3 Suprimento de Fundos ï Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R$ 1,00

Código da UG 1	133088	Limite de Utilização da UG			
Portador	**CPF**	**Valor do Limite Individual**	**Valor**		**Total**
			Saque	**Fatura**	
Alberto M. de Paula	399.918.491-49	0,00	0,00	1640,92	1640,92
Antonio C. Dias de Castro	178.204.996-72	0,00	0,00	3007,90	3007,90
Antonio M. Araújo Filho	271.076.046-00	0,00	0,00	1659,66	1659,66
Francisco J. do N. Rocha	225.261.881-72	0,00	0,00	1963,73	1963,73
Jose Carlos Rodrigues	153.845.461-68	0,00	0,00	4741,40	4741,40
Jose Costa da Silva	101.592.231-72	0,00	0,00	543,95	543,95
Jose H. dos Santos Neto	155.391.641-72	0,00	0,00	1278,35	1278,35
Marcio Clesio G. da Silva	523.849.691-53	0,00	0,00	2544,47	2544,47
Mauricio R. da Costa	119.645.291-15	0,00	0,00	679,58	679,58
Valdir dos S. Taveira	224.605.861-91	0,00	0,00	594,10	594,10
Wellinton R.Costa	279.500.501-87	0,00	0,00	1786,23	1786,23
Albertino de J. Gomes	176.308.71134	0,00	0,00	1354,06	1354,06
Delmair Zilmar de Oliveira	145.064591-72	0,00	0,00	561,02	561,02
Edson Formiga de Souza	524.649.381-49	0,00	0,00	1282,64	1282,64
Gilberto N. Guimarães	149.488.853-04	0,00	0,00	1655,03	1655,03
João Marcos Costa	153.730.021-00	0,00	0,00	550,00	550,00
Jose dos S. G. O. Filho	265.418.071-91	0,00	0,00	3197,31	3197,31
Luiz Cláudio N. Souza	275.243.101-53	0,00	0,00	558,42	558,42
Luiz P. Silva da Costa	186.640.831-34	0,00	0,00	1525,08	1525,08
Luiz Roberto da Silva	288.049.611-04	0,00	0,00	1705,44	1705,44
Manoel J. Pires Araújo	316.794.551-68	0,00	0,00	3077,23	3077,23
Marcelo Alves da Silva	008.788.771-18	0,00	0,00	3525,52	3525,52
Maria Auxiliadora F. Neto	357.790.981-15	0,00	0,00	3000,00	3000,00

Onofre Bernardino Gino	224.404.611-72	0,00	0,00	906,44	906,44
Paulo A. de C. Lopres	151.944.771-04	0,00	0,00	625,08	625,08
Sandro Jose de Souza	297.604.291-87	0,00	0,00	1104,28	1104,28
Total Utilizado pela UG			0,00	45.067,84	45.067,84
Código da UG 2		**Limite de Utilização da UG**			
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

Fonte: : portal transparência e siafi

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo ñBò e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.11 ï Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo ñBò e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R$ 1,00

Suprimento de Fundos							
	Conta Tipo ñBò		Saque		Fatura		Total (R$)
Exercícios	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012							
2011							
2010							

Fonte:

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo ñBò e CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo ñBò						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
Situação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas	0	0,00	0	0,00		0,00	26	45.067,84	32	57.421,45	27	89.611,70

Fonte: contabilidade

5.4.1.6 Análise Crítica

Após preenchimento do Relatório de Gestão da Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno referente ao tópico de Suprimento de Fundo ficou constatado que a utilização do suprimento de fundo através do Cartão Coorporativo do Governo Federal realizado pelos os servidores desta casa estão sendo de forma correta tendo em vista que os processos de Suprimento de Fundo foram aprovados tanto pelo setor de contabilidade como também pelo Ordenador de Despesas e vale lembrar que alguns processo de Suprimento Fundo foram escolhidos de forma aleatoriamente pela CGU-Controladoria Geral da União e Equipe de Auditoria da Incra Sede para serem analisados e todos foram aprovados.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

O conteúdo deste Item não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.6 Gestão de Precatórios

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo a DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 ï Força de Trabalho da UJ ï Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	114	1	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	114	1	7
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	112	1	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	1	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	3	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	118	2	7

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 ï Situações que reduzem a força de trabalho da UJ ï Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**1**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	**3**
3.1. De Oficio, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	3
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	**0**
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**1**
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	**0**
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	**5**

Fonte: Extração SIAPE fev/13.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 ï Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	13	4	3
1.1. Cargos Natureza Especial	**0**	0	**0**	**0**
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	13	4	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	9	3	3
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	3	1	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	**2**	**2**	**0**	**0**
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	2	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	15	15	4	3

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 ï Quantidade de servidores da UJ por faixa etária ï Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	3	9	30	58	15
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	3	9	29	58	15
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	1	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	2	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	4	11	30	58	15

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 ï Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	**0**	**0**	**3**	**0**	**77**	**35**	**0**	**0**	**0**
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1.2. Servidores de Carreira	**0**	**0**	**3**	**0**	**76**	**35**	**0**	**0**	**0**
1.3. Servidores com Contratos Temporários	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**
2. Provimento de Cargo em Comissão	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**2**	**0**	**0**	**0**
2.1. Cargos de Natureza Especial	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**2**	**0**	**0**	**0**
2.3. Funções Gratificadas	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
3. Totais (1+2)	**0**	**0**	**3**	**0**	**78**	**37**	**0**	**0**	**0**

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 ï Mestrado; 9 ï Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	R$ 7.019.866,07	R$ 374.777,71	R$ 590.046,67	R$ 171.203,50	R$ 627.597,22	R$ 995.383,65		R$ 47.523,47	R$ 45.029,34	R$ 9.871.427,63
	2011	R$ 6.454.783,08		R$ 572.815,02	R$ 175.898,10	R$ 707.635,86	R$ 1.009.549,92	R$ 719,27	R$ 0,00	R$ 35.464,70	R$ 8.956.865,95
	2010	R$ 6.185.343,67		R$ 574.378,88	R$ 183.461,91	R$ 1.353.438,02	R$ 824.935,82	R$ 1.651,73	R$ 8.063,40	R$ 30.907,50	R$ 9.162.180,93
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											

Exercícios	2012		R$ 71.511,33			R$ 6.510,30					R$ 78.021,63
	2011		R$ 283.089,38			R$ 82.659,26					R$ 365.748,64
	2010		R$ 290.774,57			R$ 113.751,89					R$ 404.526,46
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012		R$ 10.104,24								R$ 10.104,24
	2011		R$ 10.104,24			R$ 9.148,78					R$ 19.253,02
	2010		R$ 8.574,54			R$ 9.589,74					R$ 18.164,28

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2010	R$ 13.612,15
2011	R$ 25.927,10
2012	R$ 6.037,74

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	7	2
1.1 Voluntária	6	2
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	1	0
2.1 Voluntária	1	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	8	2

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	6	0
1.1. Integral	6	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	7	1
3. Total (1+2)	13	1

Fonte:

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No que diz respeito a esta questão temos a esclarecer que o INCRA não dispõe de método para identificar eventual acumulação de cargos, funções e empregos públicos, prevista na Constituição Federal. Assim sendo, passamos a oferecer as seguintes respostas:

a) Não há controles internos criados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos. Ressaltamos que este Órgão tem recebido candidatos egressos de concurso público e no ato da posse é exigida a informação, a termo, quanto a acumulação de cargos, funções e empregos públicos.

b) Não há;

c) Não há;

d) Quanto a existência e o quantitativo de servidores que acumulam cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no âmbito do INCRA, podemos afirmar que este Órgão não dispõe destes dados. Porém, frisamos que quando os órgãos de controle (CGU e TCU) ou a SEGEP/MP, efetuam cruzamento de dados e constatam a acumulação indevida de servidor desta Autarquia as providências visando sanar a irregularidade é imediatamente adotada, nos termos do art. 133 e seguintes da Lei nº 8.112, de 1990.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

a) No exercício de 2012 não foram feitas notificações visto que não houve comunicação ou detecção de acumulação irregular de cargos, funções e empregos públicos pelos órgãos de controle ou pela SEGEP/MP;

b) Não há;

c) Não há.

.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 ï Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	1	3	0	0
Concessão de pensão civil	1	1	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0		0	0
Totais	**2**	**4**	**0**	**0**

Quadro A.6.10 ï Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	**0**	**0**	**0**	**0**
Totais	**0**	**0**	**0**	**0**

Quadro A.6.11 ï Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	0	0	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Quadro A.6.12 ï Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias				
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais	**0**	**0**	**0**	**0**

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.6.13 ï Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	**0**	**0**	**0**	**0**

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

ĭ Absenteísmo;

Conclui que a quantidade de absenteísmo por parte dos servidores lotados nesta Superintendência Regional SR-28/DFE é comprovadamente inexistente, visto que no exercício de 2012 não houve faltas e nem atrasos relatados nas folhas de ponto.

ĭ Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;

Não houve Acidentes de Trabalho e nem Doenças Ocupacionais. ĭ Rotatividade (turnover);

No exercício de 2012 foram exonerados servidores e houve nomeação.

ĭ Educação Continuada;

No exercício de 2012 foram realizadas capacitações de servidores visando aperfeiçoamento nas execuções nas atividades realizadas. ĭ Disciplina;

Os servidores se mostram disciplinados, mormente porque são sabedores dos seus direitos e deveres em Lei.ĭ Aposentadoria versus reposição do Quadro.

No exercício de 2012 houve aposentadorias, mas não houve nomeação para a substituiçãodos afastamentos.

6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.14 ï Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					

Fonte:

Não se aplica no âmbito da SR-28/DFE

6.2.2 Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Quadro A.6.15 ï Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página

Não se aplica no âmbito da SR-28/DFE

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.6.16 ï Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	

Não se aplica no âmbito da SR-28/DFE

6.2.4 Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno														
UG/Gestão: 2012					**CNPJ: 02.360.944/0001-03**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2010	(L)	(O)	**19.000/2010**	**ZARCONE CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA 01.757.138/0001-00**	01/11/2010	02/11/2013		**X**		**X**			(P)
Observações:														

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: CONTRATO

6.2.5 Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno														
UG/Gestão: 2012					**CNPJ: 02.360.944/0001-03**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2010	2	(O)	**20.000/2010**	**GRUPO GESTOR** Empresariais **02.685.728.0001/20**	**03/11/2010**	**02/11/2013**			**X**				(P)
2011	5	(E)	**14.000/2011**	**WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇO LTDA 06.091.637/0001-17**	**01/12/2011**	**30/03/2012**			**X**				(E)
2011	3	(O)	**13.000/2011**	**SUCESSO TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA-ME** 13.183.890/0001-66	24/10/11	**23/10/2013**			**X**		**X**		(P)
2012	4	(O)	**1.000/2012**	**EXPRESS CLEAN SERVIÇO LTDA** 01.030.016/0001-00	02/01/2012	**31/12/2013**		**X**					(P)
2012	5	(O)	**3.000/2012**	**EXPRESS CLEAN SERVIÇO LTDA** 01.030.016/0001-00	02/04/2012	**01/04/2013**			**X**				(A)
Observações:														

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móvies
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo ï Menores Aprendizes
12. Outras

Fonte:CONTRATOS

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	**0**	**0**	**0**	**0**	R$ 0,00
1.1 Área Fim	0	0	0	0	R$ 0,00
1.2 Área Meio	0	0	0	0	R$ 0,00
2. Nível Médio	**2**	**2**	**2**	**2**	R$ 19.536,84
2.1 Área Fim	1	1	1	1	R$ 9.768,42
2.2 Área Meio	1	1	1	1	R$ 9.768,42
3. Total (1+2)	**2**	**2**	**2**	**2**	R$ 19.536,84

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) - A regularização do método de utilização da frota foi elaborada pela a própria Superintendência da seguinte forma:

1- Solicitação de veículos através do chefe responsável pelos serviços a serem executados.

2- Liberação da viatura através de autorização de saída.

3- MV - movimento de viatura em nome do condutor

4- Relatório de viagem quando a mesma e utilizada foram do Distrito Federal

5- Os procedimentos acima são dotados tantos para servidores efetivos do INCRA como para terceirizados.

b)- Referente ao impacto da frota na atividade do UJ e quase total tendo em vista que a UJ executas a maiorias dos seus trabalhos externos.

c) - Temos uma frota de 50 veículos todos para uso institucional dos quais 15 encontrasse em condições de alienação em virtude dos altos valores para conserta e a elevada idade dos veículos.

d) - As viaturas circulam em 3.850.623 km ano

e) - Idade média das viaturas é aproximadamente de 10 anos.

f) - Custo operacional de R$ 1.330.000,00. ao ano com combustível, manutenção, licenciamentos e outros.

g) - Todo ano e enviado ao Incra Sede o plano de substituição das viaturas que então em caráter de alienação porem raramente fomos atendidos.

h) - Falta de veículos para os trabalhos a serem executados tantos da própria frota como os locados.

i) - Os mesmo citados no item (A)

j)- A locação de veículos foi adotada devido a necessidade de temos viaturas para atender as demandas da superintendência e a não aquisição de nova viaturas para substituir as velhas e também devido ao aumento dos trabalhos executados por está superintendência.

k) EMPRESA: Geraldo Araújo Oliveira Junior

CNPJ: 07.546.978/0001-00

l) ï A contratação foi feita através de pregão eletrônico tipo menor preço

Contrato nº: 15/2009

Vigência: 14/10/2012 a 13/10/2013

Valor total: R$ 370.737,36

m) ï A mesma utilizada nas viaturas oficial.

n) - Referente ao impacto da frota locada na atividade do UJ e fundamental pois a mesma complementa a frota oficial para executas a maiorias dos seus trabalhos externos.

o) - Temos uma frota de 05 veículos locados todos para atender em uso institucional.

p) - As viaturas circulam em xxxxx km ano

q) ï 1 ano de media.

r) ï despesas com combustível incluído no item F das viaturas próprias e as demais despesas são por conta da locatária.

s) - Os mesmo citados no item (A) de frota própria

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 ï Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	**UF 1**	**Ł**	**Ł**
	município 1		
	município 2		
	município ñnò		
	UF ñnò	**Ł**	**Ł**
	município 1		
	município 2		
	município ñnò		
Subtotal Brasil		**Ł**	**Ł**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**Ł**	**Ł**
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade ñnò		
	PAÍS ñnò	**Ł**	**Ł**
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade ñnò		
Subtotal Exterior		**Ł**	**Ł**
Total (Brasil + Exterior)		**Ł**	**Ł**

Fonte: ***Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.***

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 ï Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	**UF 1**	**Ł**	**Ł**
	município 1	1	
	município 2		
	município ñnò		
	UF ñnò	**Ł**	**Ł**
	município 1		
	município 2		
	município ñnò		
Subtotal Brasil		**Ł**	**Ł**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**Ł**	**Ł**
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade ñnò		
	PAÍS ñnò	**Ł**	**Ł**
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade ñnò		
Subtotal Exterior		**Ł**	**Ł**
Total (Brasil + Exterior)		**Ł**	**Ł**
Fonte:			

Observação: Contrato nº 9.000/2009 - O objeto do presente contrato é a locação de 03 (três) prédios situados no SIA/SUL Trecho I, lotes 1730/1760, Blocos D, E e ñPABò, Brasília/DF totalizando área construída de 4.891,46m². O imóvel, objeto deste Contrato, destina-se ao funcionamento da SR (28) /DFE, sendo que a vigência se expirou em 10/07/2012.

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 ï Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Total								
Fonte:								

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação - TI

Quadro A.8.1 ï Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

		Quesitos a serem avaliados
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:		
		Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
		monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X		Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
		aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
		aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
		aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
		aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
		aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X		Designou formalmente um comitê de TI para **auxiliá-la nas decisões** relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X		Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
		Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:		
X		Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
		Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
		Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
		Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
		Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
		Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
		Os indicadores e metas de TI são monitorados.
		Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
		Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:		
		Auditoria de governança de TI.
		Auditoria de sistemas de informação.
		Auditoria de segurança da informação.
		Auditoria de contratos de TI.
		Auditoria de dados.
		Outra(s). Qual(is)? _____
X		Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:		
		A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.

X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na *internet* para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, *hardware*, *software* e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: *utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre*	
(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de *software* definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8.2 Análise Crítica

Informamos que este Núcleo de Tecnologia da Informação desta Superintendência Regional respondeu o questionário com o conhecimento que tem sobre os itens solicitados, mas a informação mais precisa sobre governança e outros dados corporativos de TI devem ser obtidos diretamente junto à Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação ï DET ï na Sede do INCRA em Brasília.

9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					**X**
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					**X**
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			**X**		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	**X**				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			**X**		
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	**Sim ( )**			**Não ( )**	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					

• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.9.2 ï Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	840	1403	2000	7.980,00	11.135,34	17.460,00
Água	3784	6404	7001	58.809,67	92.561,45	93.841,18
Energia Elétrica	151931	192205	112813	64.610,45	79.848,98	43.786,16
			Total	-	-	-

Fonte: FATURAS

10. Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 ï Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	13	4	13
	Entregaram a DBR	13	4	13
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SIAFI

10.3.1.1 Análise Crítica

Nesta Superintendência Regional do Incra no Distrito Federal e Entorno todas as pessoas que são obrigadas a entregarem a DBR de acordo com a Lei nº 8.730/93 entregaram em tempo hábil.

O controle de entrega, o qual é recepcionado em papel, e guarda da DBR é realizado pelo setor de Desenvolvimento Humano.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 ï Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Rejane Maria Ferreira Cunha, CPF n° 130.810.634-34, Assistente de Administração e Geovanni Galesso Machado, CPF n° 036.287.388-73, Engenheiro Civil exercido no INCRA/ SR-28/DFE declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais ï SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse ï SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 28 de março de 2013.

Rejane Maria Ferreira Cunha	Geovanni Galesso Machado
130.810.634-34	036.287.388-73
Assistente de Administração	Engenheiro Civil

11. Informações Contábeis

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		**Código da UG**	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local		**Data**	
Contador Responsável		**CRC nº**	

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		**Código da UG**	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a: a)..... b)..... Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local		**Data**	
Contador Responsável		**CRC nº**	

Informamos que esta UJ encontra-se impossibilitada de atender as Declarações constantes dos quadros A.11.1 e A.11.2, em razão de não termos no Quadro de Pessoal desta Superintendência o profissional do cargo de Contador desde a data de 15 de fevereiro de 2012, quando a então contadora Maria Solange Tavares dos Santos, foi exonerada pela Portaria nº 133 de 13 de fevereiro de 2012, publicada no D.O.U, Seção II ás páginas43 na data de 15 de fevereiro de 2012, quarta-feira, registre-se a respeito da ausência de Contador desta Unidade que foi destinada através do Concurso Público do INCRA Nacional 2 (dois) profissionais para esta Superintendência no cargo de Analista Administrativo com formação na área de Contabilidade.

Informamos ainda que esta Superintendência Regional do Entorno e Distrito Federal ï SR-28, estar esperando tão somente à apresentação destes dois profissionais e a suas respectivas posse no cargo para designar a responder pela Setorial Contábil desta Unidade, momento em que estará sendo suprido o cargo de Contador e conseqüentemente poder emitir as declarações de contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis desta Unidade junto aos sistemas operacionais ñSIAFI (balanços orçamentários financeiros e patrimonial e as demonstrações das variações patrimoniais, do fluxo de caixa e do resultado econômico), regido pela Lei 4.320/64 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NDC-T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/98 a partir do exercício de 2013.

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

7.14 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/64 e pela NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Considerando o estabelecido no item 11.3, da PORTARIA-TCU Nº 150 - Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2012:

ñ*Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades* ***que não executaram*** *sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal* ***ï*** *SIAFI****ò****.*

Considerando o estabelecido no art. 6º, Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 ï Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012:

ñ*Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes e do Ministério Público da União - MPU, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal* ***ï*** *SIAFI****ò****.*

Com fundamento nos normativos acima, todas as Unidades Gestoras deste Órgão ficam dispensadas da elaboração do item 7.14.

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.6 Parecer da Auditoria Independente

Não se aplica ao INCRA tendo em visto a exigência feita pelo TCU: ***Abrangência****: Autarquias e fundações, empresas estatais da Administração Pública Federal, fundos especiais e entidades que tenham firmado contrato de gestão (Naturezas jurídicas constantes das letras c, d, f, g e h, do Quadro A1 da DN 119/2012).*

12. Outras Informações Sobre a Gestão

Neste item, salientamos que tudo o que foi abordado no RG traduz a realidade desta UJ com relação as ações empreendidas.

13. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis

Nº do Processo	Código do Imóvel no SNCR	Nome do Imóvel	Nome do Detentor	Área do Imóvel	Município de Localização do imóvel	Data da Abertura Processo	Situação Atual do Processo
54700.000241/00-18	929.069.010.448-3	Fazenda Santa Bárbara	Adolfo Augusto Humberto Leite Ribeiro	11.000,00	Cavalcante-GO	10/02/2000	Ofícios encaminhados à Agência Rural e à Procuradoria da República no Estado de Goiás, não tiveram respostas. Encaminhado Ofício nº 104/02 à Agência Goiânia de Desenvolvimento Rural e Fundiário e Ofício nº 102/02 à Procuradoria da República no Estado de Goiás, as quais não se manifestaram. Imóvel não localizado no georreferenciamento do município.
54700.000240/00-47	927.023.007.480-1	Fazenda Larguinha	Adolfo Augusto Humberto Leite Ribeiro	11.000,00	Cavalcante-GO	10/02/2000	A Procuradoria Geral do Estado de Goiás respondeu que adotará as providências cabíveis, após o trânsito em julgado da Ação Discriminatória do Município. A Procuradoria Geral do Estado de Goiás respondeu, através do Ofício nº 52/2003-NDPMA, que o Estado de Goiás adotará as

							providências cabíveis, após o trânsito em julgado da Ação Discriminatória do Município. Imóvel não localizado no georreferenciamento do município.
54700.000886/98-29	927.058.007.641-6	Fazenda Barra	Alberto Moreira Rosa Neto	10.460,00	São João D'Aliança-GO	08/02/2000	O imóvel teve a matrícula cancelada por decisão judicial.
54700.002572/99-32	000.027.642.355-0	Fazenda Santa Rita	Arigatô Comercial de Veículos Ltda	19.289,80	Cavalcante-GO	08/02/2000	O imóvel teve sua matrícula cancelada na Ação Discriminatória - Av-4-6.015, de 19/08/2003. Imóvel cancelado em 21/12/99, em função da determinação contida no Artigo 1º da Port. INCRA/P/Nº 558/99.Convocado através do Edital de Convocação nº 001/00, a partir de 28/03/00. Imóvel não localizado no georref. do município
54700.000249/00-11	934.119.008.079-4	Fazenda Mocambo	César Bernardes Rabelo	18.300,00	Cavalcante-GO	10/02/200	Foram encaminhados Ofícios à Procuradoria Geral do Estado de Goiás e à Agência Rural as quais não se manifestaram. Encaminhado Ofício nº 040/03 à Procuradoria Geral do Estado de Goiás e Ofício nº 041/03 à Agência Goiâna de Desenvolvimento Rural e Fundiário, as quais não se manifestaram. Imóvel não

							localizado no georreferenciamento do município.
54700.000854/01-17	931.063.013.951-3	Fazenda Boa Esperança	Denise Tostes Cruz de Castro Pessoa	10.645,00	Formosa-GO	15/05/2000	Proprietária não apresentou documentação completa.
21400.002418/96-61	927.040.005.517-3	Fazenda Cangalha	Dular Produtos Alimentícios Ltda	15.972,00	Nova Roma-GO	12/06/2003	Proprietário não atendeu a Notificação.
54700002574/99-68	000.027.642.371-1	Estância Magnólia	Fernando Magalhães Sune	12.034,00	Alto Paraíso de Goiás	09/02/2000	Encaminhado Ofício nº 040/03 à Procuradoria Geral do Estado de Goiás e Ofício nº 041/03 à Agência Goiâna de Desenvolvimento Rural e Fundiário, as quais não se manifestaram., ou seja não houve retorno. O proprietário foi Convocado através do Edital de Convocação nº 004/00, de 27/03/00, não atendeu
54700.000853/2001	625.086.032.336-0	Fazenda Cotia	Francisco Ferrari	11.201,90	Nova Roma	15/05/2000	Proprietário não atendeu a Notificação
54700.000242/00-72	026.042.010.766-0	Fazenda Chapada do Barrocão	Francisco Joaquim Estrela	13.873,00	Arinos-MG	10/02/2000	Em 29/09/2000, o Ofício do Registro de Imóveis de Arinos informou que no período de 14/12/1994 até aquela data, não houve imóvel rural registrado em nome de FRANCISCO JOAQUIM ESTRELA nem Geraldo Goulart de Mendonça.Em 30/10/2203, foi encaminhado Of. Nº 38/2003,

							ao Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais solicitando providências quanto à ilegitimidade dos títulos. O Sr. Francisco Joaquim Estrela é falecido.
54700.000243/00-35	414.093.027.235-4	Chapada do Barrocão	Francisco Joaquim Estrela	10.000,00	Arinos-MG	11/02/2000	Em 29/09/2000, o Ofício do Registro de Imóveis de Arinos informou que no período de 14/12/1994 até aquela data, não houve imóvel rural registrado em nome de FRANCISCO JOAQUIM ESTRELA nem Geraldo Goulart de Mendonça. Em 30/10/2203, foi encaminhado Of. Nº 38/2003, ao Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais solicitando providências quanto à ilegitimidade dos títulos. O Sr. Francisco Joaquim Estrela é falecido.
54700.000318/00-32	000.019.222.046-7	Fazenda Chapada do Barrocão	Geraldo Goulart de Mendonça	15.060,00	Arinos-MG	11/02/2000	O ofício encaminhado ao Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais não obteve resposta. Em 29/09/2000, o Ofício do Registro de Imóveis de Arinos informou que no período de 14/12/1994 até aquela data, não houve imóvel rural

							registrado em nome de Francisco Joaquim Estrela nem GERALDO GOULART DE MENDONÇA. Em 30/10/2203, foi encaminhado Of. Nº 38/2003, ao Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais solicitando providências quanto à ilegitimidade dos títulos. O CRI de Arinos informou que não havia imóvel rural registrado em nome de Geraldo Goulart de Mendonça.
54700.000887/98-91	906.085.017.230-2	Fazenda Larguinha	Indaru Indústria e Comércio Ltda	25.000,00	Cavalcante-GO	09/02/2000	Encaminhado Ofício nº 102/02 à Procuradoria Geral do Estado de Goiás e Ofício nº 104/02 à Agência Goiânia de Desenvolvimento Rural e Fundiário, as quais não se manifestaram até esta data: 08/04/2008.
54700.000245/00-61	927.040.006.092-4	Fazenda São Francisco do Rio Lavado	Israel Ruiz	12.100,00	Nova Roma-GO	10/02/2000	Encaminhado Ofício nº 040/03 à Procuradoria Geral do Estado de Goiás e Ofício nº 041/03 à Agência Goiâna de Desenvolvimento Rural e Fundiário, as quais não se manifestaram. Não atendeu à notificação. Imóvel cadastrado como posse por simples

							ocupação.
54700001462/99-07		Fazenda Mucambo	Frigotel – Frigorífico Três Lagoas Ltda	14.520,00	Cavalcante-GO	09/02/2000	Encaminhado Ofício nº 102/02 à Procuradoria Geral do Estado de Goiás e Ofício nº 104/02 à Agência GoiânIa de Desenvolvimento Rural e Fundiário, as quais não se manifestaram. Imóvel não cadastrado no SNCR Imóvel não localizado no georreferenciamento.
54000.000158/98-31		Fazenda Lago Azul	Gabriel Elias Passos	19.0000,00	Cavalcante-GO	08/02/2000	Encaminhado Ofício nº 041/03 à Agência Goiânia de Desenvolvimento Rural e Fundiário, Ofício nº 040/03 à Procuradoria Geral do Estado de Goiás, as quais não se manifestaram. A certidão da matricula.nº 5.679 pertence a um lote urbano de Valdir Rodrigues Pereira. Fraude evidente. O proprietário não atendeu à Notificação. Imóvel não cadastrado no SNCR. Imóvel não localizado na ação de georreferenciamento do município.
54000.000160/98-83		Fazenda Vale dos Sonhos	Gabriel Elias Passos	16.000,00	Cavalcante-GO	08/02/2000	Encaminhado Ofício nº 332/00 à Agência Goiânia de Desenvolvimento Rural e

							Fundiário, Ofício nº 344/00 à Procuradoria da República no Estado de Goiás e Ofício nº 40/03 à Procuradoria Geral do Estado de Goiás, as quais não se manifestaram. Ofícios encaminhados à Agência Rural, à Procuradoria da República no Estado de Goiás e à Procuradoria Geral do Estado de Goiás, as quais não se manifestaram. Imóvel não cadastrado no SNCR. Imóvel não localizado na ação de georreferenciamento do município. Proprietário não atendeu a Notificação. Apresentou certidão da matricula nº 5.680 que se refere-se à Fazenda Lambedor, de José Marques Domene.
54000.000782/97-11	927.023.003.794-9	Fazenda Doidice	Tácito Ribeiro Costa	10.183,30	Cavalcante-GO	09/02/2000	O proprietário apresentou documentação incompleta. Imóvel cancelado. Houve uma proposta de desapropriação, mas não prosperou por causa de lacunas na cadeia dominial do imóvel. Imóvel não localizado na ação

							de georreferenciamento do município.
54000.000884/97-82	901.458.017.094-7	Acaba Vida Cafundó e Retiro	José Vicente Vaz de Lima	11.504,60	Luziânia-GO	08/02/2000	Em 01/12/2003, o Ofício nº 48/2003 encaminhou fotocópia do processo à Agência Goiana de Desenvolvimento Rural para verificar eventual ocorrência de sobreposição com terras públicas. A viúva do Prop - Evelyn Letícia Vaz de Lima - apresentou uma declaração de que tem apenas uma cessão de direito de posse, mas nunca explorou a área.
54000.000782/97-11		Fazenda Santa Rita	Adeídes Alves Ferreira	19.360,00	Cavalcante-GO	08/02/2000	Encaminhado Ofício nº 332/00 à Agência Goiânia de Desenvolvimento Rural e Fundiário e Ofício nº 344/00 à Procuradoria da República no Estado de Goiás, as quais não se manifestaram. A cadeia dominial tem lacunas e indícios de fraude. Ofícios encaminhados à Agência Rural e à Procuradoria da República no Estado de Goiás, as quais não se manifestaram. Imóvel não cadastrado no SNCR. O AR foi devolvido. Detentor não conhecido nesse endereço.

							Imóvel não localizado na ação de georreferenciamento do município.
54700.001395/00-19		Fazenda Cocos	Abraão Simão da Silva	19.118,00	Cavalcante-GO	27/07/2000	Encaminhado Ofício nº 104/02 à Agência Goiânia de Desenvolvimento Rural e Fundiário e Ofício nº 102/02 à Procuradoria da República no Estado de Goiás, as quais não se manifestaram. Imóvel não cadastrado no SNCR. Imóvel não localizado na ação de georreferenciamento do município.
54700.001396/00-81		Fazenda Bonito	Abraão Simão da Silva	19.190,60	Cavalcante-GO	27/07/2000	Encaminhado Ofício nº 104/02 à Agência Goiânia de Desenvolvimento Rural e Fundiário e Ofício nº 102/02 à Procuradoria da República no Estado de Goiás, as quais não se manifestaram.
54700002589/99-35		Fazenda Chapada Mundengo	Gilson Carvalho	10.403,80	Nova Roma-GO	09/02/2000	Imóvel não cadastrado no SNCR. Convocado através do Edital de Convocação nº 003/00, a partir de 29/03/00.
54700.000248/00-59	414.093.027.316-4	Fazenda Pacari	João Lopes Viana	10.000,00	Arinos-MG	11/02/2000	Encaminhado Ofício nº 361/00 à Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais e Ofício nº 359/00 ao Instituto de Terras de Minas Gerais, que até esta data não se

							manifestaram.
54700.001274/00-02		Fazenda Jathai e São Paulo	José Jorge Chediak Neto	31.341,00	Formoso-MG	07/08/2000	Encaminhado Ofício nº 096/01à Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais e Ofício nº 095/01ao Instituto de Terras de Minas Gerais, que até esta data não se manifestaram. Imóvel não cadastrado no SNCR. O prop. não atendeu o Edital de Notificação
54000.000785/97-09	906.085.017.175-6	Fazenda Barra do Cabeçudo	Nicolau Batista de Abreu	14.128,20	Nova Roma-GO	09/02/2000	Encaminhado Ofício nº 040/03 à Procuradoria Geral do Estado de Goiás e Ofício nº 041/03 à Agência Goiâna de Desenvolvimento Rural e Fundiário, as quais não se manifestaram.
54700.001167/99-89	000.027.642.274-0	Agropecuária Canadense	Paulo Eustáquio França	12.018,00	Nova Roma-GO	30/03/1999	O Grupo de Trabalho identificou que na cadeia dominial constava apenas 8.598,9 ha. Encaminhado Ofício nº 040/03 à Procuradoria Geral do Estado de Goiás e Ofício nº 041/03 à Agência Goiâna de Desenvolvimento Rural e Fundiário, as quais não se manifestaram.

14. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Neste item, e apenas a titulo de informação, as ações do INCRA em relação ao ano de 2013/2014 estão sendo tratados no plano de ação para este biênio.

Nele estão sendo abordados prioridades para que os novos Projetos de Assentamento comecem com toda a infraestrutura necessária.

Assim, já estamos preparando nossas ações focando o curto, médio e longo prazo.

ANEXOS

Quadro A.5.3 ï Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO-SR28/DFE									
CNPJ: 02.360.944/0001-03			**UG/GESTÃO: 133088**						
Informações sobre as Transferências									
			Valores Pactuados		**Valores Repassados**		**Vigência**		
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Global**	**Contrapartida**	**No Exercício**	**Acumulado até o Exercício**	**Início**	**Fim**	**Sit.**
1	723036	1738780000134	706.100,66	52.930,66	0,00	653.170,00	30/12/2009	27/052012	Prest de cont env/para análise
1	736521	1609942000134	1.320.548,85	14.458,00	0,00	1.300.000,00	16/06/2010	11/08/2012	Prest de cont env/para análise
1	751966	1740463000152	677.643,57	16.017,57	0,00	661.626,00	17/12/2010	16/08/2012	Aguardando prest de contas
1	764555	1740430000102	844.673,48	19.673,48	0,00	825.000,00	19/12/2011	18/08/2013	Em execução
1	758751	23675970001132	1.200.210,74	20.210,74	0,00	1.180.000,00	22/11/2011	21/07/2013	Em execução
1	759069	1067206000100	509.058,38	19.058,38	0,00	490.000,00	14/12/2011	12/04/2013	Em execução
1	751927	18125146000129	920.000,00	20.000,00	0,00	900.000,00	16/12/2010	05/06/2013	Em execução
1	735340	1740497000147	2.202.783,37	53.019,10	0,00	2.149.764,27	21/06/2010	11/08/2013	Em execução
1	769468	1740463000152	1.850.000,00	55.500,00	1.794.500,00	1.794.500,00	15/06/2012	31/12/2013	Em execução
1	764571	1170331000132	789.445,60	23.683,35	0,00	765.762,25	19/12/2011	30/05/2013	Em execução
1	705005	1313113000100	588.562,69	28.562,69	0,00	560.000,00	08/12/2009	08/12/2010	Prest de cont env/para análise
1	704657	1067206000100	500.000,00	15.000,00	0,00	485.000,00	25/11/2009	10/08/2010	Prest de cont env/para análise
1	704653	17404550001106	991.362,21	31.362,21	0,00	1.207.727,59	29/10/2009	31/08/2010	Prest de cont env/para análise
1	**702429***	**68342435000158**	**3.404.701,00**	**231.984,00**	**0,00**	**3.172.717,00**	**31/12/2008**	**31/12/2011**	Distrato/aguardando prest de contas

3	754402	3475900000183	757.295,38	7.497,97	0,00	749.797,41	31/12/2010	12/032012	Aguardando prest de contas

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: SICONV

*o convênio 702429 refere-se a um distrato, portanto não houve transferência de verba.